

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Temor de greve leva governo a atender pedidos	2
Título: Analistas veem risco a plano de venda de ativos	3
Título: Petrobrás perde R\$ 32 bi na Bolsa após Bolsonaro intervir em reajuste do diesel.....	5
Título: Bolsonaro abre o Planalto a políticos e atende 'no varejo'	6
Título: No cangote de Guedes.....	8
Título: Político, não liberal	9
Título: Lambança	11
Título: A invasão da Petrobrás	12
Título: Presidente está do nosso lado, diz caminhoneiro	13
Título: Petrobrás continua entre preferidas apesar de incertezas	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: Relatório de banco mostra série de ingerências de Bolsonaro na estatal.....	16
Título: Bolsonaro admite intervenção na Petrobras e deflagra crise.....	18
Título: Cai o véu	22
Título: O fim do horário de verão é uma decisão acertada?	24
Título: Estudos precisam ser aprofundados.....	26
Título: Ecos de Dilma	28
Título: Análise - Interferência não é surpresa, mas causa choque com Guedes	29
Título: Petrobras perde R\$ 32 bi na Bolsa após interferência em sua política de preços	30
Título: 'PIB fraco abre espaço para juro cair, mas é preciso que antes a reforma avance'	32
Autor: Heloísa Negrão	35
Título: Nunca tivemos tanta abertura com um governo, diz Chorão	35

VEÍCULO: O Globo	37
Título: Bolsonaro diz que ligou para estatal, mas nega ‘canetaço’	37
Título: Impensado	38
Título: Intervenção na Petrobras	39
Título: O retorno da intervenção	42
Título: Temor de nova greve motivou ação do governo	44
Título: Bate e volta	45
Título: Erosão do orçamento	46
Título: Orçamento vai prever rombo maior em 2020	48
VEÍCULO: Correio Braziliense	49
Título: Polêmica da vez é com a Petrobras	49
Título: Perda de R\$ 32,4 bilhões	51
Título: Agenda positiva em Macapá	53

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Economia

Autor: Tânia Monteiro

Título: Temor de greve leva governo a atender pedidos

Ameaça de nova paralisação faz com que governo avalie todas as demandas dos caminhoneiros

A intervenção do presidente Jair Bolsonaro no reajuste do diesel é reflexo direto da pressão dos caminhoneiros. Nos dias que antecederam a decisão do presidente, o núcleo de governo recebeu relatórios da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que indicavam uma “preocupação” com uma possível greve dos caminhoneiros. Sem consultar o ministro da Economia, Paulo Guedes,

Bolsonaro foi aconselhado por assessores palacianos de que uma greve traria mais problemas políticos do que uma intervenção no preço do diesel. O monitoramento do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência das movimentações de caminhoneiros, desde o mês passado, levou a equipe de governo a avaliar todas as demandas da categoria.

Além de recuar em relação ao aumento de 5,7% no preço do diesel, o Planalto e o **Ministério de Minas e Energia** estudam atender outros pedidos, como a mudança no valor do frete. O temor de uma greve como a de maio de 2018 já estava no radar da equipe de transição, no final do ano passado. Foi a partir dali que o grupo que hoje está no governo começou a formular a adoção de “medidas estruturantes”, que envolviam várias áreas, para verificar os problemas do setor e atender o que fosse possível.

Na segunda-feira, Bolsonaro vai se reunir com ministros e pessoal da área técnica para discutir demandas dos caminhoneiros. O governo estuda apresentar à Petrobrás proposta de ampliar a rede de decisão de aumento de preços de combustíveis. Hoje, o gerente executivo de comercialização da Petrobrás tem autonomia para definir um reajuste de até 7%. Aumento. O Estado apurou que o alerta no Planalto foi aceso na tarde de quinta-feira, quando o reajuste de 5,7% foi publicado no site da Petrobrás. Precisamente às 19h40, Bolsonaro foi avisado por assessores do aumento.

Ele ligou então para o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, “preocupado com o percentual em um nível sequer previsto para a taxa de inflação deste ano”. Diante das argumentações e ponderações de Bolsonaro, Castello Branco “suspendeu temporariamente” o reajuste. Justamente para atender a um problema do setor, desde o mês passado a Petrobrás já havia decidido estabelecer que o diesel não terá seu preço reajustado em período menor do que 15 dias. Além disso, a Petrobrás e a BR Distribuidora anunciaram a criação do “c

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Economia

Autor: CRISTIAN FAVARO E BEATRIZ BULLA

Título: Analistas veem risco a plano de venda de ativos

Para especialistas, intervenção nos preços da Petrobrás pode afastar interessados em refinarias

A decisão do presidente Jair Bolsonaro de intervir no reajuste do diesel da Petrobrás colocou uma grande pulga atrás da orelha dos analistas. Há agora

uma grande dúvida em relação ao futuro do programa de venda de ativos da estatal. De acordo com o sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, após a decisão da empresa de voltar atrás no reajuste de 5,7%, empresários podem ver como mais arriscado comprar ativos da Petrobrás. “Você acha que alguém vai comprar uma refinaria no Brasil se ele achar que a qualquer momento o governo vai obrigá-lo a vender combustível mais barato no mercado nacional?”, disse, colocando em xeque o sucesso da venda de unidades na área de refino e da BR Distribuidora.

“O papel da Petrobrás agora – e ela tem de ser ajudada pelo governo –, é falar que esse evento de ontem foi aleatório. Que isso não vai se repetir. E que o governo vai retomar a política de preço”, disse, Pires, que chegou a ser cogitado para compor o ministério de Bolsonaro. Segundo os analistas André Hachem e Leonardo Marcondes, do Itaú BBA, a decisão da estatal injeta mais incerteza sobre o programa de desinvestimento, sobretudo no refino – etapa considerada por eles importante para demonstrar de fato uma melhora na governança corporativa da empresa. “A interferência na política de preços da Petrobrás e sua liberdade de acompanhar a paridade internacional poderiam levantar dúvidas” entre os interessados nos ativos, disseram.

Ainda conforme a equipe do Itaú BBA, a capacidade da Petrobrás de definir os preços dos combustíveis no mercado doméstico decorre do seu monopólio. “Abrir o segmento a terceiros garantiria que as práticas de mercado fossem aplicadas no mercado doméstico e restringiria a capacidade da empresa de controlar os preços.” Na mesma direção, a equipe do BTG Pactual ressaltou o risco que paira agora sobre o processo de venda de refinarias, que deve se iniciar em breve. Os desinvestimentos, segundo os analistas, são cruciais para a redução do risco da empresa. Além disso, os analistas Thiago Duarte e Pedro Soares, do BTG, disseram que os acontecimentos do dia elevam também a percepção de risco sobre a liberdade operacional da estatal de controlar o preço dos combustíveis.

FMI. Em Washington, o diretor do departamento de Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), Alejandro Werner, disse que tudo que impedir uma “operação comercial saudável” da Petrobrás pode gerar problemas à empresa. Questionado sobre o efeito da interferência de Bolsonaro no preço do diesel, ele afirmou que é preciso aguardar para saber a “natureza exata” da questão dos preços do combustível e o “quão duradoura” será. “Temos de avaliar qual será o impacto disso na empresa e se isso pode ter um efeito em toda a economia”, afirmou Werner.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/04/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Petrobrás perde R\$ 32 bi na Bolsa após Bolsonaro intervir em reajuste do diesel**

Presidente cede à pressão dos caminhoneiros e determina suspensão de aumento de 5,7%; ações da estatal caíram 8,5% ontem

Uma decisão do presidente Jair Bolsonaro colocou a Petrobrás ontem no meio de um vendaval. As ações ordinárias (com direito a voto) da empresa fecharam em queda de 8,5% depois de Bolsonaro determinar, na noite de quinta-feira, que a empresa voltasse atrás no reajuste de 5,7% no preço do óleo diesel anunciado mais cedo. A decisão deixou o mercado financeiro em polvorosa, já que a promessa do governo era de que a estatal não sofreria mais intervenção política, apontada por todos os analistas como a causa principal dos problemas enfrentados pela empresa nos governos petistas. Ontem, a petroleira perdeu R\$ 32 bilhões em valor de mercado.

“Eu liguei para o presidente (da Petrobrás) sim. Me surpreendi com o reajuste de 5,7%. Não vou ser intervencionista. Não vou praticar a política que fizeram no passado, mas quero os números da Petrobrás”, afirmou Bolsonaro ontem. A decisão, aparentemente, não foi combinada com a equipe econômica. Em Washington, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao ser perguntado sobre o assunto, disse ter passado o dia inteiro em reunião e que não tinha “informação suficiente”. Diante da insistência de jornalistas e da sugestão de que ele não foi informado sobre a interferência nos preços, o ministro respondeu: “É uma interferência razoável, aparentemente.”

A intervenção do presidente no reajuste do diesel foi fruto direto da pressão dos caminhoneiros. Foi exatamente a política de reajuste de preços da Petrobrás que levou à greve dos motoristas de caminhão no ano passado, com efeitos terríveis para a economia. Agora, o governo quer evitar que isso se repita. Vem, por isso, cedendo aos pedidos feitos pelos caminhoneiros. Anunciou, por exemplo, o envio de um projeto elevando de 20 para 40 pontos de infrações o limite para um motorista ter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) suspensa.

Essa foi uma reivindicação apresentada durante a greve. E os caminhoneiros já levaram ao governo uma nova pauta de reivindicações (ver página B3). O problema, para o mercado, é que esse tipo de atitude em relação à Petrobrás é completamente contrário à cartilha liberal pregada por Guedes. Segundo

apurou o Estadão/Broadcast, a intervenção foi vista dentro da equipe econômica como “catastrófica”, lembrando a gestão do PT “em seu pior momento”. Em nota ontem, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco disse que Petrobrás “é uma empresa completamente autônoma para a tomada de decisões”.

Mas disse ter considerado “legítima a preocupação do presidente (Bolsonaro)” com o reajuste. Ao não elevar o preço do diesel, porém, a empresa perde R\$ 13 milhões por dia, segundo cálculos do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIEE). Ontem, a secretaria de Comunicação da Presidência informou que o governo realizará, na próxima segunda-feira, uma reunião interministerial na Casa Civil para tratar dos aspectos técnicos sobre a política de preços para os combustíveis.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Política

Autor: Naira Trindade

Título: Bolsonaro abre o Planalto a políticos e atende ‘no varejo’

Governo. Presidente faz aceno a parlamentares e, nas duas últimas semanas, se reúne com 57 líderes partidários, deputados e senadores para consolidar base no Congresso

Crítico do que chama de “toma lá, dá cá” e das negociações por cargos, o presidente Jair Bolsonaro recebeu nas últimas duas semanas um total de 57 políticos, entre líderes partidários, deputados e senadores. Nesses encontros, Bolsonaro fez acenos aos parlamentares e atendeu, inclusive, o pequeno varejo. As reuniões representaram o gesto mais explícito do presidente ao Congresso desde a sua posse. Bolsonaro vinha sendo cobrado a participar mais ativamente da articulação política e fez uma investida que tem como principal meta consolidar uma base parlamentar aliada para aprovar a reforma da Previdência. Do total de 57 políticos recebidos – entre eles um senador do PT –, só quatro ex-colegas de Câmara tiveram acesso exclusivo ao presidente, em reuniões particulares, sem a presença dos ministros da articulação no Congresso. Encontraram um Bolsonaro relaxado, que contou piadas, prometeu acatar alguns pedidos e chegou a se comprometer a visitar seus Estados.

“Eu pego o helicóptero e vou lá”, disse ao deputado José Nelto (Podemos-GO), que o convidou para participar de uma audiência pública em Porangatu (GO), para tratar da rodovia Belém-Brasília. Sempre sentado no sofá e sem computador ou bloco de anotações por perto, Bolsonaro não tem o hábito de registrar os diálogos. Raramente mantém o celular ao lado. Um ajudante de

ordem – que acompanha praticamente todas as reuniões – se encarrega de passar o telefone quando alguma ligação não pode esperar. Já os convidados deixam os celulares do lado de fora, em uma gavetinha, e carregam as suas listas de pedidos. José Nelto disse ter aconselhado o presidente a não enviar para os governadores os recursos do pré-sal e usar o dinheiro para atender as prefeituras. “Estou sendo muito pressionado, viu”, rebateu Bolsonaro ao deputado. O parlamentar então sugeriu usar os recursos do pré-sal na educação de tempo integral.

“Nessa hora, ele mandou o ajudante anotar a ideia. Acho que vai acatar”, relatou Nelto. O perfil amigável e divertido de Bolsonaro nas reuniões surpreendeu até mesmo o presidente do PSDB, Geraldo Alckmin, que ouviu ter recebido o voto dele para presidente em 2006. “Votei em você, duas vezes”, brincou Bolsonaro, quebrando o gelo com o tucano. A conversa se enveredou para Juiz de Fora, onde nasceu o secretário nacional do PSDB, Marcus Pestana, e cidade onde Bolsonaro foi esfaqueado. Na transmissão ao vivo pelo Facebook, anteontem, Bolsonaro elogiou a sugestão do líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), de liberar emendas parlamentares para municípios endividados. Os débitos travavam a entrada de recursos, com base em entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU).

“Foi uma ideia trabalhada pelo líder e pelo ministro André (Luiz Mendonça, da AGU)”, disse o presidente. Cada contato é vital para Bolsonaro, que contabiliza votos para a reforma da Previdência. A forma de trabalhar por esses votos contrasta com a dos últimos ocupantes do Palácio do Planalto. Parlamentares afirmam que Michel Temer era o presidente do “vamos conversar, veja bem”. Dilma dificilmente recebia. Lula fazia com que todos saíssem com a certeza de que seriam atendidos. Pouco, de fato, ocorria. Horário de verão. Ao anunciar o fim do horário de verão, na semana passada, o presidente disse ter atendido ao desejo de um parlamentar. A proposta surgiu do deputado João Campos (PRB-GO) e foi discutida com o **Ministério de Minas e Energia**. A justificativa seria a redução na economia gerada, de R\$ 405 milhões para R\$ 159 milhões.

Numa audiência privada que durou uma hora e meia, o deputado Sargento Fatur (PSD-PR) pediu que o governo reforçasse a segurança nas fronteiras do Paraná, especialmente com a Argentina e o Paraguai. “Há muito armamento pesado que entra por lá”, afirmou Fatur. Enquanto esteve no gabinete presidencial, Sargento Fatur permitiu que Bolsonaro recebesse o governador do Pará, Helder Barbalho, com deputados e senadores do Estado, que pediam pela reconstrução da ponte do Rio Moju, no município do Acará. O senador Paulo Rocha (PT-PA) disse ter saído do encontro convencido de que o presidente vai se empenhar para resolver a situação. “Ele imediatamente mandou que olhassem se há recursos disponíveis para enviar ao Estado. Achei muito boa a conversa”, contou o petista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/04/2019****Seção: Colunas****Autor: Adriana Fernandes****Título: No cangote de Guedes**

A crise política entre o governo Jair Bolsonaro e o Congresso formou uma ferida aberta que hoje representa uma ameaça real ao processo de saneamento das contas públicas. A desorganização do governo na articulação política é tamanha que a equipe econômica está levando um baile no Parlamento em propostas que podem atrapalhar a política do ministro da Economia, Paulo Guedes, de colocar as contas públicas no azul o mais rápido possível. A rapidez na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Orçamento Impositivo foi um primeiro sinal dessa fragilidade. Outros movimentos sucessivos nos últimos dias mostraram que os parlamentares estão dispostos a seguir à risca o script oferecido de bandeja pelo próprio presidente da República ao passar a bola do protagonismo da agenda econômica ao Congresso.

Focada na tramitação da proposta de reforma da Previdência, a área econômica também não parece estar afinada com o Palácio do Planalto para minimizar as perdas em outras batalhas mais silenciosas que começam a ganhar força no Congresso. Pelo contrário, Bolsonaro sinalizou que pode atender à bancada ruralista e dar um perdão de R\$ 17 bilhões da dívida dos produtores com o Funrural, espécie de contribuição previdenciária do setor. Uma decisão que contraria as diretrizes da agenda liberal do seu ministro da Economia. Se seguir com esse plano, além de prejuízos para a marca que pretende emplacar no seu governo do fim do toma lá dá cá, o presidente também pode correr o risco de ser punido por crime de responsabilidade fiscal. Uma advertência que foi alardeada pelo hoje desafeto de Bolsonaro, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Uma batalha que já parece perdida é a volta dos subsídios à Energia elétrica para produtores rurais.

A equipe econômica bem que entrou em alerta para barrar o projeto na Comissão de Minas e Energia da Câmara, mas de nada adiantou. O projeto derruba um decreto publicado pelo governo Michel Temer no fim do ano passado, reduzindo de forma gradual os subsídios nas contas de luz para a área rural e para companhias de água, esgoto e saneamento. Para piorar, um requerimento de urgência já está na pauta do plenário da Câmara dos Deputados de segunda-feira. A prorrogação dos benefícios fiscais para construtoras do Minha Casa Minha Vida, incentivo que acabou no fim do ano passado, também está sendo ressuscitada pelo Legislativo. Uma das maiores ameaças no cangote (para repetir uma palavra que tanto foi usada pelos ministros de Bolsonaro no início do governo) do ministro Guedes é o risco de

aprovação de decreto legislativo para derrubar o bloqueio de quase R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares.

Aprovado esse decreto, como tudo indica que acontecerá, um dos principais instrumentos de calibragem da política fiscal começa a se desfazer. Nesse caso, a articulação do decreto também conta com o apoio de parlamentares aliados e da ala política mais próxima ao presidente. Desamarrar esse nó das emendas será complicado. Não há dúvidas entre os técnicos do governo de que o problema vai pular no colo do governo bem na hora da votação do relatório da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para não ficar atrás da Câmara, o Senado também tem agido e aprovou outra PEC que dá mais liberdade para o pagamento das emendas, direcionando os recursos diretamente a Estados e prefeituras, sem necessidade de convênio com União. Estados e municípios poderão usar o dinheiro como bem entenderem, até mesmo para o pagamento de salários.

O ponto mais sensível dessas mudanças orçamentárias é que tudo está sendo feito sem uma estratégia organizada e muito menos discussão técnica. No caso da PEC do Orçamento Impositivo, que já foi aprovada em dois turnos nas duas Casas e voltou para a Câmara após ser alterada no Senado, havia uma negociação de que a proposta seria discutida com os técnicos do governo por 30 dias até que a comesse de fato a tramitação na CCJ. Mas a tal ferida exposta e os novos atritos mobilizaram os parlamentares a atropelar o governo. Nem mesmo a reforma da Previdência escapou do rebaixamento da lista de prioridades na CCJ. Não se sabe onde esse ativismo vai parar e muito menos quem será responsável se a situação fiscal piorar. Afinal, quem está falando os “nãos”? Brasil terá déficits primários por pelo menos 10 anos se esse quadro permanecer, e o esgotamento do ajuste fiscal já dá as caras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Colunas

Autor: João Domingos

Título: Político, não liberal

Causou certa perplexidade no mercado e entre pessoas de tendências liberais na economia a decisão do presidente Jair Bolsonaro de, anteontem, mandar a Petrobrás suspender o reajuste de 5,74% no preço do diesel. Não é próprio dos liberais vigiar a política de preços de uma empresa, mesmo que seja estatal, disseram inúmeras vozes.

O próprio Bolsonaro revelou que tomou mesmo a decisão de vetar o reajuste no preço do diesel, o maior porcentual desde que assumiu o governo. E o fez,

segundo ele, porque está preocupado com o transporte de cargas, com os caminhoneiros, por serem pessoas que movimentam riquezas de norte a sul, leste a oeste, devendo ser tratados com o devido carinho. Bolsonaro acrescentou que sempre disse que não entende de economia.

E que os que disseram que entendem de economia afundaram o Brasil, numa referência direta à presidente cassada Dilma Rousseff, que submeteu a Petrobrás a um rígido controle de preços e quase quebrou a empresa. O presidente informou ainda que convocou a direção da Petrobrás para que explique por que aplicaria um reajuste superior à inflação do ano.

Há alguns pontos a serem considerados a respeito da decisão de Bolsonaro quanto ao veto ao aumento do preço do diesel. A decisão dele foi política. Ele não quer saber de arrumar encrenca com os caminhoneiros, que aqui ou em qualquer lugar do mundo causam um estrago sem tamanho na economia e na vida das pessoas quando fazem bloqueio de estradas. É só se lembrar do que ocorreu no País há menos de um ano com a greve dos caminhoneiros.

Até hoje a economia se ressentia daquela paralisação. Além do mais, Bolsonaro teve ganhos políticos na campanha ao receber a adesão de boa parte dos caminhoneiros. Eles passaram a divulgar a candidatura dele à Presidência por meio de cartazes e das redes sociais. Como qualquer político – e Bolsonaro é político, apesar de dizer que não nasceu para ser presidente da República e, sim, militar –, pensaria mesmo numa solução política quando posto diante de uma questão como essa.

Mesmo que as consequências para a economia sejam desastrosas ou façam a equipe econômica pensar que o presidente está sabotando o próprio governo. Quando Dilma Rousseff decidiu controlar os preços dos combustíveis, ela o fez por decisão política, não por achar que era uma economista que jamais errava, como insinuou Bolsonaro. Segurar os preços para tentar conter a inflação fazia parte de uma estratégia para que o PT mantivesse o poder.

O mesmo ocorreu quando Dilma obrigou as empresas do sistema Eletrobrás a baixar as tarifas de Energia elétrica. Pensava na reeleição. Como ela não soube dosar suas intervenções na economia e perdeu as condições de articulação política com o Congresso, acabou por enforçar as empresas e a si própria. Erram os que acreditaram que Bolsonaro pensará só na economia quando tiver de tomar uma decisão. Seu instinto político falará mais alto.

Apesar de manter suas ideias vinculadas aos quartéis, o fato é que mais da metade da vida econômica útil de Bolsonaro foi civil e política, uns aninhos na Câmara Municipal do Rio e quase 28 anos como deputado. E aí está a solução

para o enigma Bolsonaro. A não ser que tenha passado por uma transformação radical de uns meses para cá, ele não é um liberal.

Pode aceitar tal tendência porque ela é conveniente para o casamento de seu lado conservador nos costumes com impulsos que fortaleçam o governo, e esses impulsos têm origem na economia. Se o País voltar a crescer, se a geração de emprego for restabelecida, a sociedade ficará mais feliz. Poucos se importarão com o que o presidente fizer ou disser na área dos costumes. É tudo uma questão de conveniência política.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Lambança

Direto da fonte

Mais uma vez, os caminhoneiros pressionam e a Petrobrás é forçada a atuar de forma questionável. Diante da ameaça de uma nova greve, Bolsonaro determinou que o reajuste do preço do diesel – após 15 dias de estagnação, conforme estipulado –, divulgado na quinta-feira de manhã, fosse suspenso no mesmo dia... à noite. O mesmo tipo de pressão levou à saída de Pedro Parente da presidência da estatal no governo Temer.

Lambança 2

O questionamento dos caminhoneiros, na época, fez com que o governo congelasse por 60 dias a fórmula que possibilitava reajustes diários dos combustíveis – acompanhando a flutuação do preço do petróleo internacional. Assim, a periodicidade do alinhamento de preços foi flexibilizada por um tempo – sem grande prejuízo para a estatal, a não ser o de sua imagem, provando que o sócio controlador interfere, sim, em decisões dos executivos.

Lambança 3

Aparentemente, o que Bolsonaro fez tampouco vai promover baque significativo no faturamento, visto que os preços devem voltar para o lugar “em breve”. Mas, de novo, o ataque às boas práticas de governança pegou a estatal de frente: suas ações caíram 7,21% na B3 e as ADRs lá fora, 9,29%.

Lambança 4

Ao que se apurou, esta não é a primeira vez em 100 dias que Roberto Castello Branco, novo presidente da petroleira, engole “sapo”. Teve que voltar atrás na escolha da diretora de exploração e petróleo, Solange Guedes, funcionária de carreira da estatal. Ela passou incólume por vários governos desde 2000 e em 2015 assumiu essa mesma diretoria, escolhida por Graça Foster. O que, para uma das alas do governo Bolsonaro, é sinônimo de simpatizante do PT.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: A invasão da Petrobrás

O presidente Jair Bolsonaro invadiu a Petrobrás. Em mais uma ação desastrada, ele mandou suspender um aumento de preço do diesel, chocou o mercado, assustou os investidores e derrubou as ações da companhia, o que causou uma perda de seu valor de mercado de R\$ 32,4 bilhões. Agiu como seus antecessores petistas, deixou-se levar pelo voluntarismo e interveio na gestão de uma grande empresa de capital aberto. A política petista quase quebrou a estatal. A intervenção do presidente Bolsonaro lembra uma história de erros catastróficos, interrompida no governo do presidente Michel Temer, quando a administração da petroleira foi profissionalizada e voltou ao caminho certo. A ação do PT, dirão os defensores do presidente, favoreceu uma orgia de corrupção e nada parecido deve ocorrer neste governo. Pode ser, mas a mera intervenção na política de preços e em vários outros aspectos da administração seriam suficientes para impor perdas enormes. “Não sou intervencionista. Não vou praticar a política que fizeram no passado, mas quero os números da Petrobrás”, disse o presidente. Essas palavras são tão assustadoras quanto a ordem de suspender o aumento de preço do diesel. Na mesma declaração o chefe de governo negou ser intervencionista e exigiu a apresentação dos números para sua avaliação. Essa exigência é uma clara e inegável intromissão num assunto tipicamente empresarial, a fixação do preço de um produto. Será o presidente Bolsonaro incapaz de perceber esse fato tão simples? Mas a explicação se estendeu e cada palavra confirmou a disposição de controlar a gestão da empresa. O presidente disse ter convocado “todos da Petrobrás” para lhe explicar, na terça-feira, a razão do aumento de 5,7%, quando a inflação do ano está projetada em menos de 5%. “Se me convencerem, tudo bem. Se não me convencerem, vamos dar a resposta adequada a vocês”, acrescentou. Em suma, os diretores da empresa têm de convencer o presidente da República do acerto de um ato gerencial. Ele exige essa explicação como presidente da República? Como responsável pelo governo da União, acionista majoritária? Quantos dos demais acionistas, especialmente estrangeiros, aceitarão qualquer explicação desse tipo? Não por acaso a decisão do presidente Bolsonaro foi

apoiada por um petista, o deputado gaúcho Paulo Pimenta, líder do partido na Câmara. Segundo ele, a Petrobrás, sendo uma empresa nacional, “deve estar de acordo com a política de preços definida para o setor”. Essa opinião, acrescentou, é coerente com a posição por ele defendida em outros momentos. Seria também, é claro, uma reedição da política seguida no governo da presidente Dilma Rousseff. Com aplauso do líder petista, o preço do diesel permanecerá congelado até terça-feira, data prevista para a reunião, ou por mais tempo, se os diretores da empresa deixarem de convencer o presidente. Devastada na gestão petista, a Petrobrás começou a recuperar-se com a mudança de comando favorecida pelo presidente Michel Temer. A recuperação ganhou impulso quando Pedro Parente, na presidência da empresa, redefiniu suas metas de produção e de expansão, iniciou um programa de desinvestimento, reorganizou seu passivo e implantou uma nova política de preços. A liquidação de pendências internacionais foi um passo importante. Com todas essas medidas, a Petrobrás começou a escapar da posição de campeã mundial do endividamento. A escolha do economista Roberto Castello Branco para a presidência da empresa animou o mercado. A decisão de espaçar os aumentos dos combustíveis, adotando um ritmo quinzenal, foi recebida com boa vontade. A intromissão do presidente Jair Bolsonaro quebrou o padrão de respeito aos critérios empresariais e aos acionistas minoritários. A referência do presidente aos interesses dos caminhoneiros em nada atenuou seu erro. Ao contrário mostrou uma perigosa adesão a falhas da gestão anterior, quando se criou, com a tabela de fretes, um cartel chapa branca, complementado por uma política de subsídio ao preço do diesel. Se isso é a nova política prometida pelo presidente, os próximos anos poderão ser emocionantes como um filme-desastre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Economia

Autor: Júlia Lindner

Título: Presidente está do nosso lado, diz caminhoneiro

Um dos principais líderes dos caminhoneiros, Wallace Landim, o Chorão, telefonou na tarde de quinta-feira para um assessor do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para reclamar do aumento de preço do diesel. Nesse contato, foi informado que a queixa seria levada ao presidente Jair Bolsonaro por Onyx e pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Floriano Peixoto. O recuo da Petrobrás de aumentar o valor do combustível foi anunciado à noite. “Isso prova que mais uma vez o presidente está do nosso lado”, disse. Ao Estado, Wallace disse que mantém contato com integrantes da Casa Civil desde o mês passado, quando levou demandas da categoria.

O período em que iniciou o diálogo entre caminhoneiros e a Casa Civil, em março, coincide com o momento em que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) passou a monitorar com mais atenção os riscos de uma nova greve da categoria. O governo quer que uma nova paralisação tome as mesmas proporções da que ocorreu em maio de 2018. O estopim, na época, foi justamente as altas do preço do diesel. A avaliação de um integrante do governo é de que os caminhoneiros “conheceram a sua força” na última greve e que agora possuem maior poder de negociação. Sobre a possibilidade de uma nova greve, Wallace disse que a categoria toda está “sofrendo” e “insatisfeita”.

“Isso vem de longa data, tanto que tivemos que parar no ano passado”, disse Chorão. À Casa Civil, o líder dos caminhoneiros pediu o cumprimento do piso mínimo de frete, da jornada de trabalho e do fornecimento de pontos de parada adequados e também uma mudança na política de preços da Petrobrás. Wallace Landim elogiou a iniciativa do governo de criar o cartão-caminhoneiro, há cerca de duas semanas, mas disse que isso “não resolve o problema 100%”.

Campanha. Wallace lembrou que a categoria atuou na campanha de Jair Bolsonaro. “É um comprometimento que ele tem com a categoria”, disse. O líder dos caminhoneiros contou que o assessor da Casa Civil deixou claro que a categoria “sempre terá o respeito e respostas imediatas” do governo. “A gente sabe que não é uma situação muito fácil, vem chumbo grosso por aí, pode ter certeza, porque querendo ou não interfere na política de preços (da Petrobrás)”, disse Chorão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Beth Moreira

Título: Petrobrás continua entre preferidas apesar de incertezas

Broadcast de olho nas ações

A suspensão do aumento dos preços do diesel, a pedido do presidente Jair Bolsonaro, trouxe incertezas sobre a política de preços da Petrobrás, mas não o suficiente para que bancos e corretoras que participam da Coluna tirassem as ações da estatal da lista de Top Picks para a próxima semana. Apenas XP Investimentos e Modalmis retiraram os papéis do portfólio. As ações continuam na carteira de outras seis casas. Sabrina Cassiano, analista da Coinvalores, avalia que o revés no reajuste dos preços do diesel aumenta a percepção de risco quanto a possíveis ingerências governamentais. “A agenda positiva das últimas semanas, com destaque para o desfecho da cessão onerosa e a venda da TAG, ainda geram boas perspectivas, em termos operacionais e

financeiros, porém, agora, as atenções ficarão voltadas para a continuidade, ou não, da política de preços”, avalia. A corretora manteve Petrobrás PN na carteira.

Para Pedro Galdi, analista da Mirae Asset Wealth Management, o anúncio de um aumento próximo a 6% para o diesel, que depois foi postergado, trouxe uma situação de desconfiança, o que explica a queda livre das ações da estatal na B3. O profissional pondera, no entanto, que o cenário para a Petrobrás segue positivo, já que a empresa tirou dois esqueletos do armário: a Tag e a cessão onerosa. “Agora a busca será pela aceleração da venda de ativos, inclusive no segmento de refinaria, retirando este fator monopólio na definição dos preços, o que evitaria este evento do reajuste anunciado e retirado na sequência. Assim valeria a lei do mercado”, destaca. A Mirae segue com recomendação de compra para as ações.

A Guide também incluiu Petrobrás PN na carteira. Para a corretora, no curto prazo alguns catalisadores sustentam a recomendação, como a continuidade da venda de ativos onshore e expectativa de maior volume de produção para este ano, viabilizado pela curva de crescimento das plataformas recém-instaladas, que deverão impulsionar margens e geração de caixa operacional em 2019. As ações preferenciais da estatal também continuam entre as preferidas do BB-BI, Bradesco BBI e Santander. Na sexta-feira, com a confusão em torno da política de preços, as ações da Petrobrás perderam R\$ 32 bilhões em valor de mercado. A Mirae fez nesta semana apenas uma troca na carteira com inclusão de Vale ON no lugar de Usiminas PNA.

Sobre a mineradora, Galdi destaca a recente escalada dos preços do minério de ferro gerada pela redução de oferta do produto pela própria Vale após a tragédia de Brumadinho, e a redução momentânea da produção da commodity pela BHP afetada por um ciclone tropical na Austrália Ocidental. A Guide, além da Petrobrás, também incluiu Sabesp ON entre as preferidas. Para a corretora, as ações da empresa de água e saneamento podem destravar ainda mais valor devido à perspectiva de sua privatização, dado a expectativa de menor interferência política em suas decisões, alinhando seus objetivos à indústria, com melhora de governança e administração. Já a XP, com a saída de Petrobrás PN, incluiu AES Tietê Unit. Modalmais trocou toda a carteira que agora passa a contar com Vale ON, EcoRodovias, Santander Unit, SulAmérica Unit e Klabin Unit. Nova Futura também renovou todo o portfólio com a entrada de BB Seguridade ON, Braskem ON, Grendene ON, Localiza ON e Rumo ON.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 13/04/2019****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Relatório de banco mostra série de ingerências de Bolsonaro na estatal**

Banco suíço aponta pressões do governo; analistas e executivos veem riscos nas ações do Planalto

Embora tenha gerado maior reação do mercado, o recuo no reajuste de 5,7% no preço do diesel anunciado nesta quinta-feira (11) não foi o único sinal de interferência na gestão da Petrobras desde o início do governo Jair Bolsonaro (PSL).

Em relatório, analistas do banco UBS citam ainda a pressão por investimentos em Israel, os prazos mínimos para reajustes do diesel e a criação do Cartão Caminhoneiro como outros exemplos.

No início da gestão, Bolsonaro tentou também emplacar um amigo no comando da empresa.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, reconheceu em nota nesta sexta-feira (12) que a suspensão do reajuste foi decidida após alerta do presidente da República sobre os riscos de greve dos caminhoneiros, mas afirmou que a empresa é “completamente autónoma” para a tomada de decisões.

“Recebi ontem no fim do dia uma ligação telefónica do presidente Bolsonaro me alertando sobre os riscos do aumento do diesel divulgado pela Petrobras”, escreveu Castello Branco, que está em viagem nos Estados Unidos. “Considerarei legítima a preocupação do presidente.”

Analistas, executivos do setor e pessoas próximas ao comando da estatal, porém, dizem que sinais de interferência se acumulam desde o início da gestão e são reforçados por declarações do primeiro escalão do governo Bolsonaro.

Logo no início de janeiro, Castello Branco indicou Carlos Victor Guerra Nagem para assumir a gerência-executiva de Inteligência e Segurança da Petrobras. Chamado por Bolsonaro de “amigo particular”, ele é funcionário de carreira, mas nunca havia assumido cargo de chefia.

A nomeação foi defendida em redes sociais pelo presidente, mas acabou sendo vetada pelo comitê que analisa os postulantes a cargos da cúpula da companhia por que Nagem não possuía os requisitos mínimos para ocupar o cargo.

O governo tem pressionado também a companhia a apoiar a exploração de petróleo na costa israelense, em um momento em que a empresa decide focar seus esforços na produção do pré-sal brasileiro.

A participação da estatal em Israel foi negociada durante visita oficial de Bolsonaro no fim de março.

O ministro de Energia daquele país, Yuval Steinitz, disse esperar a companhia em leilão em que o país oferece 19 blocos exploratórios.

Com relação ao diesel, o primeiro sinal de intervenção foi dado em 26 de março, quando a Petrobras anunciou prazo mínimo de 15 dias para reajustes e a criação de um cartão para a compra do combustível a preço fixo.

Como nesta quinta, a empresa disse primeiro que era decisão interna. No dia seguinte, porém, Bolsonaro puxou a responsabilidade para o governo e parabenizou **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, pelas medidas.

“Os investidores podem interpretar isso como influência do acionista controlador na tomada de decisões da companhia, como aconteceu no passado”, escreveram nesta sexta os analistas Luiz Carvalho e Gabriel Barra, do UBS.

As notícias reavivaram lembranças do período de controle de preços dos combustíveis que garantiu à companhia em 2013 o topo de lista elaborada pelo Bank of America com as empresas mais endividadas do mundo.

Em nota enviada à CVM, a Petrobras diz que manterá a política de paridade internacional dos preços dos combustíveis e que a suspensão do reajuste será de “mais alguns dias”. Castello Branco não atendeu pedidos de entrevista.

Ele foi pego de surpresa pela ligação de Bolsonaro no fim da tarde de quinta, quando se preparava para embarcar para Chicago, onde participou de conferência. Na ausência do presidente, o recuo foi explicado ao conselho de administração por diretores da estatal.

A Folha apurou que entre os conselheiros houve preocupações sobre o impacto da medida nas contas da companhia e o risco de novas interferências políticas na gestão.

Além disso, quiseram saber qual o entendimento da companhia sobre abuso de poder do controlador no episódio.

Considerando o volume de vendas de diesel no país em 2018, a suspensão do reajuste custará à estatal cerca de R\$ 14 milhões, em receita adicional que seria obtida com a cobrança de R\$ 0,123 a mais em cada litro.

Executivos e analistas do setor dizem também que a ingerência nos preços pode impactar o processo de venda de ativos da estatal —que estuda oferecer algumas de suas refinarias — e na atração de investimentos para o setor de combustíveis.

“A intervenção do governo na Petrobras está declarada”, disse o presidente da Abicom, Sérgio Araújo. “A prática de preços predatórios acaba com o mercado competitivo, reforça o monopólio e prejudica a sociedade.”

Desde o início do programa de subvenção ao preço do diesel, no fim de maio de 2018, as empresas importadoras reduziram suas atividades no país. Em novembro, a Raízen, que opera com a marca Shell, anunciou corte de R\$ 2 bilhões em investimentos.

“Todo mundo fica assustado, dá um passo para trás”, disse Leonardo Gadotti, presidente da Plural (representante das distribuidoras). “É frustrante, porque a gente vinha, de maneira geral, no caminho certo para ter um mercado mais aberto e atrair investimentos”, disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Talita Fernandes, Danielle Brant, Fernanda Canofre BRASÍLIA, MACAPÁ E WASHINGTON

Título: Bolsonaro admite intervenção na Petrobras e deflagra crise

Pressão para segurar alta do diesel coloca em xeque política econômica liberal

Sem consultar a equipe econômica e aconselhado pelo ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil), o presidente Jair Bolsonaro impediu a Petrobras de aumentar em 5,7% o preço do óleo diesel na noite quinta-feira (11).

A decisão fez as ações da estatal despencarem nesta sexta (12) e gerou debate sobre a possível volta de uma política de interferências do governo na estatal, como a praticada na gestão de Dilma Rousseff.

“Eu liguei para o presidente [da Petrobras], sim, me surpreendi com o reajuste de 5,7%. Não vou ser intervencionista, não vou praticar política que fizeram no passado, mas eu quero números da Petrobras”, afirmou Bolsonaro em Macapá (AP), para onde viajou para a inauguração de um aeroporto.

O presidente declarou ainda que não entende de economia e afirmou que o Brasil não pode continuar “com essa política de preços altos dos combustíveis”.

Bolsonaro convocou uma reunião com ministros e técnicos da área econômica e de energia para a próxima terça-feira (16). O argumento dado por ele para interferir foi de que não havia clareza dos números da estatal para conceder o aumento. Segundo o presidente, é preciso “esclarecer porque 5,7% de ajuste quando a inflação projetada para o ano está abaixo de 5%”.

Atendendo aos conselhos de Onyx Lorenzoni, Bolsonaro telefonou para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, por volta das 20h de quinta e pediu que ele recuasse do reajuste. Àquela altura, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e quase toda a equipe econômica estavam em viagem aos Estados Unidos.

Onyx disse ao presidente que a alta e, em consequência, uma possível greve dos caminhoneiros manchariam a imagem do governo, que acabara de atingir a marca de cem dias.

A decisão incomodou a equipe econômica. Guedes, que está em Washington (EUA) para participar de encontro do FMI (Fundo Monetário Internacional), foi pego de surpresa, segundo pessoas próximas. Defensor de uma política econômica liberal — com pouca interferência do estado —, ele ficou incomodado com o gesto do presidente.

Em Washington, o ministro foi questionado 13 vezes por jornalistas sobre sua possível participação na decisão do governo. Inicialmente, disse que não sabia do que os repórteres estavam falando e, em seguida, ao ser perguntado diretamente se não havia sido informado pelo presidente sobre a interferência nos preços do combustível, respondeu: “É uma interferência razoável, aparentemente”.

Indicado por Guedes para comandar a Petrobras, Castello Branco atendeu a contragosto ao pedido do chefe do Poder Executivo, numa medida que resultou numa perda de R\$ 32 bilhões em valor de mercado para a estatal nesta sexta.

Em nota, ele disse que considerou legítima a preocupação de Bolsonaro e reiterou que a Petrobras é uma empresa autônoma para tomar decisões.

Na conversa com Castello Branco, o presidente pediu que a estatal praticasse um preço justo do óleo diesel, alegando o temor de que nova alta dos preços provocasse uma greve dos caminhoneiros semelhante à que gerou uma crise de desabastecimento no país entre maio e junho de 2018.

A ideia de interferir no preço teve Onyx como principal defensor. Ao saber que a Petrobras elevaria o valor do combustível, ele se apressou em falar com o presidente e esperou o fim de uma transmissão ao vivo pelas redes sociais para alertá-lo sobre o risco de uma paralisação dos caminhoneiros.

Monitoramento feito pelo GSI (Gabinete de Segurança Institucional) apontou ainda no mês de março que havia um risco de novos protestos da categoria. Diante disso, o ministro da Casa Civil fez uma série de reuniões nas últimas semanas com lideranças do grupo.

Onyx disse a Bolsonaro que ele precisava interferir para dar uma resposta aos caminhoneiros, que contiveram o iminente movimento grevista.

Nas primeiras horas da manhã de sexta, coube ao vice-presidente, general Hamilton Mourão, explicar a decisão tomada na véspera. Ele disse em entrevista a uma rádio que a medida partia de um “bom senso” do presidente e que tratava-se de algo pontual.

“Não tenho domínio dos fatos todos que levaram o presidente a tomar essa decisão. Eu não sei quais são as pressões que ele estava sofrendo ou a visão que ele tinha do que poderia acontecer nesse exato momento com esse aumento um pouco maior do diesel e que, obviamente, o levou a tomar essa decisão”, disse Mourão à rádio CBN.

A Bolsa brasileira abriu com queda de mais de 5% das ações da estatal, em movimento que se intensificou ao longo do dia.

Na sequência, Onyx concedeu uma outra entrevista minimizando a interferência do governo na Petrobras. À Rádio Bandeirantes ele rebateu as comparações feitas com a política intervencionista no setor energético adotada pela gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

“No governo Dilma roubaram mesmo a Petrobras, é diferente. Esse é um governo sério, o nosso não rouba. É muito diferente”, disse.

Apesar da declaração do presidente, a política de preços atual da Petrobras, adotada durante o governo de Michel Temer, leva em conta apenas a oscilação do preço do petróleo do mercado internacional e do câmbio.

Ao desembarcar em Brasília no fim da tarde, Bolsonaro convocou duas reuniões com equipes ministeriais. Da primeira delas, participaram sete ministros, entre eles **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, Onyx, Fernando Azevedo (Defesa), Gustavo Canuto (Desenvolvimento Regional), Floriano Peixoto (Secretaria-Geral) e Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo), para tentar desfazer o mal-estar gerado pela decisão de quinta e pelas sucessivas declarações de

integrantes do governo ao longo do dia. Na sequência, ele conversou ainda com Azevedo e o general Augusto Heleno (GSI).

Na reunião, decidiu-se que o porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, faria um pronunciamento para amenizar a impressão de que o governo adotará uma política intervencionista na Petrobras daqui para frente.

Segundo ele, o encontro de terça “caracteriza a necessidade do dirigente do poder executivo de identificar quais os aspectos que levam realmente às decisões que são tão importantes à sociedade”.

“A reunião, por princípio, é para tomar uma decisão. Mas se exigir um aprofundamento de alguns dados, naturalmente não será na terça-feira o resultado final”, disse o porta-voz.

“Por princípio, o presidente entende que a Petrobras, uma empresa de capital aberto, sujeita às regras de mercado, não deve sofrer interferência política em sua gestão. Aliás, uma das razões para a crise que vínhamos incorrendo em governos passados e que quase destruiu aquela empresa”, afirmou.

Questionado sobre por que o governo nunca discutiu a política de reajustes da estatal antes, o porta-voz respondeu que, no passado, as decisões eram impostas à petrolífera. “Realmente nunca se discutiu, se impunha. É diferente. O presidente Jair Bolsonaro não impõe, ele discute. Ele busca as informações.”

Rêgo Barros também não respondeu sobre por que o presidente nunca buscou conhecer a política de reajuste de combustível da Petrobras antes da intervenção desta quinta. Desde o início do ano, a estatal já promoveu 13 reajustes, sendo 10 para cima e três para baixo. No ano, o preço do diesel sobe 18,5%.

O porta-voz também negou que o recuo signifique que o governo ficará refém dos caminhoneiros diante de futuras ameaças de greve. “O governo não é refém de ninguém, está aqui representando a sociedade e para conduzir o país para os rumos para os quais a sociedade deseja, não rumos transversos e equivocados do passado.”

Talita Fernandes, Danielle Brant, Fernanda Canofre

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 13/04/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Daniela Lima**Título:** Cai o véu

Painel

Para além dos R\$ 32 bilhões que custou ao valor de mercado da Petrobras, a intervenção de Jair Bolsonaro na política de preços da estatal levou à mais acentuada inflexão na confiança de agentes privados no governo. A avaliação é de analistas e políticos com influência no setor financeiro. Com o gesto, o presidente alimentou não só a percepção de que a ascendência de Paulo Guedes (Economia) sobre ele tem teto baixo, como também minou a imagem de liberal que captou apoio na campanha.

Sem pedágio

Wallace Landim, o Chorão, um dos líderes de caminhoneiros, conta que eram cerca de 16h30 de quinta (11) quando disparou mensagens a Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e Floriano Peixoto (secretário-geral da Presidência) com indicativo de greve, caso houvesse aumento no diesel.

Sem pedágio 2

Onyx prometeu resolver. Por volta das 22h, Chorão soube por funcionários da Casa Civil que o Planalto havia suspendido o reajuste.

Em negação

Por volta das 16h desta sexta (12), um integrante da cúpula do Ministério da Economia se recusava a admitir a hipótese de que Bolsonaro pudesse tomar medida desse porte sem falar com Paulo Guedes. “Seria muito grave. Ele não faria isso”, repetia.

Em negação 2

Às 19h, quando já estava claro que o ministro de fato não havia sido consultado, o discurso mudou. “A Petrobras está vinculada ao **Ministério de Minas e Energia.**”

Vigiai

Integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária receberam sinais da intervenção na Petrobras no fim da tarde de quinta (11). Nem eles, umbilicalmente ligados ao tema, celebraram. O canal direto dos caminhoneiros com a Casa Civil causa apreensão — assim como o fato de o governo ter cedido logo à pressão.

TODOS CONTRA UM

O PT atua nas duas Casas do Congresso para tentar derrubar o decreto de Jair Bolsonaro que acabou com dezenas de comitês de gestão nas mais diversas áreas do governo. Além de uma força-tarefa na Câmara, Humberto Costa (PT-PE) ingressou com projeto no Senado para cancelar a medida.

Apagão

Orlando Silva (PC do B) diz que, com a medida, Bolsonaro corre risco de provocar ele mesmo um shutdown em sua administração.

VAI PARA AS CABEÇAS

Em conversas com aliados nesta sexta (12), o ministro Onyx Lorenzoni disse que chegou a hora de desafiar o centrão. Ele afirmou que o governo não pode ficar a reboque de líderes de partidos como o PP, PR e Solidariedade.

VAI PARA AS CABEÇAS 2

Foi nesse espírito que a Casa Civil orientou o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Felipe Francischini (PSL-PR), a não aceitar votar o Orçamento impositivo antes da reforma da Previdência na semana que vem.

Às claras

O Planalto sabe que o centrão tem número para forçar a inversão na ordem da votação, mas diz que quer que o grupo deixe suas digitais na manobra.

Nova direção

Ricardo Sayeg, do Conselho Superior da Capes é cotado para presidir o Inep, que organiza e aplica o Enem. Já Rodrigo Dias, ex-presidente da Funasa, foi sondado para a presidência do FNDE. Ele é primo de Alexandre Baldy, muito ligado às cúpulas do PP e do DEM.

Visitas à Folha

Casemiro Tércio Carvalho, presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo, visitou a Folha nesta sexta (12). Estava acompanhado de Fernanda Pires, assessora de comunicação.

Ricardo Borges Martins, coordenador-executivo do Pacto pela Democracia, visitou a Folha nesta sexta. Estava acompanhado de Oded Grajew e José Marcelo Zacchi, integrantes do movimento.

Januário Soares Dolores, presidente da Camargo Corrêa Infra, visitou a Folha nesta sexta. Estava acompanhado de Anelisa Furquim Nicolielo, coordenadora de comunicação corporativa, Rodrigo Pinotti, diretor-geral da Jeffrey Group, e Samy Charanek, gerente de comunicação da Jeffrey Group.

TIROTEIO

Quis evitar o caos político de uma greve dos caminhoneiros e entrou no caos econômico. A solução é privatizar a Petrobras

Do deputado Vinícius Poit (Novo-SP), sobre Bolsonaro ter interferido na Petrobras, fazendo a estatal desistir de reajustar o preço do diesel

com Julia Chaib e Carlos Petrocilo

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Tendências/Debates

Autor: Adriano Pires

Título: O fim do horário de verão é uma decisão acertada?

Sim

A hora de ajustar os ponteiros ::

Mudança de hábito anulou benefícios ao setor elétrico

Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), economista e doutor pela Universidade Paris 13

O horário de verão foi instituído pela primeira vez, em 1931, por Getúlio Vargas. A medida, no entanto, só passou a ser adotada de forma contínua a partir de 1985, por meio de decreto. O objetivo era reduzir o consumo de Energia elétrica na ponta — o horário em que são acionadas as usinas mais caras.

A adoção do horário de verão faz sentido principalmente em locais mais afastados dos trópicos, onde a sazonalidade é maior e o período luminoso varia muito de acordo com a estação do ano.

Essa é a razão pela qual quase todos os estados das regiões Norte e Nordeste, mais próximos à linha do Equador, foram excluídos da medida a partir de 1990. A mesma lógica pode ser usada para explicar o motivo de muitos países do hemisfério Norte, que são de clima temperado, adotarem o horário de verão.

Historicamente, desde o início da implantação da medida no Brasil, o consumo residencial e a iluminação pública eram responsáveis por parte significativa da demanda. O horário de ponta era registrado no fim do dia, em torno de 18h, 19h, quando as pessoas chegavam em casa e ligavam luzes, televisão, ventilador e outros eletrodomésticos.

O horário de verão, que adiantava em uma hora o relógio, mudava os hábitos das pessoas, que passavam a chegar mais tarde em casa. Como consequência, o consumo ficava mais diluído entre as 18h e as 21h, e a demanda da ponta era reduzida.

Nos últimos anos, porém, não é isso que se tem observado. Devido à melhoria na qualidade de vida, houve uma disseminação do uso de ar-condicionado. Dessa forma, a demanda de ponta foi deslocada para o período da tarde, entre as 14h e as 15h, momento em que os aparelhos de escritórios e unidades comerciais estão ligados.

Essa mudança de hábito anulou os benefícios trazidos pelo horário de verão para o setor elétrico. Isso fica muito claro quando analisamos dados do **Ministério de Minas e Energia**, que indicam uma economia de R\$ 405 milhões em 2013 e de R\$ 147,5 milhões em 2016 — último dado divulgado, o que representa uma queda de 64%.

Outro fator interessante é a variação da carga horária, disponível no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico. Em 2000, durante as últimas semanas do horário de verão, a demanda de ponta era cerca de 48 mil MWmed, registrada às 20h. Logo após o fim do horário de verão, a demanda na ponta subiu para 51 mil MWmed, um aumento de 6,3%, registrada às 19h. Já em 2019, o aumento de demanda na ponta foi de apenas 1,3% após o fim do horário de verão. A carga registrada subiu de 80 mil MWmed, às 15h, para 81 mil MWmed às 14h.

Entre 2000 e 2019, aumentou também a participação do setor comercial no consumo final de eletricidade, que pulou de 12% para 15%. Esse crescimento

representou uma carga adicional de 43 TWh, praticamente dobrando o consumo do setor.

O cenário contribuiu, ainda, para deslocar a demanda de ponta, que saiu do turno da noite para o período da tarde, que coincide com o horário comercial.

Diante de todos esses fatos ocorridos nos últimos anos, em particular o deslocamento do consumo de ponta de 19h para 14h, não faz mais sentido interferir nos hábitos da população brasileira, dado que os ganhos em termos de redução do consumo estão tendendo a zero. Dessa forma, foi inteiramente acertada a medida adotada pelo governo federal e pelo Ministério de Minas e Energia de acabar com o horário de verão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Tendências/Debates

Autor: Mauricio T. Tolmasquim

Título: Estudos precisam ser aprofundados

Não

Efeito na economia não pode ser considerado nulo

Professor titular da Coppe/UFRJ, ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e ex-secretário do **Ministério de Minas e Energia**

Insalubre e irritante para alguns, saudável e lucrativo para outros, o horário de verão é tema de debates acalorados. Idealizado por Benjamin Franklin, que percebeu que em certos meses do ano o sol nascia antes de as pessoas se levantarem, o horário de verão é atualmente adotado por cerca de 70 países.

O objetivo do cientista norte-americano era economizar vela. A motivação das economias contemporâneas é economizar Energia e diminuir a demanda máxima no horário de ponta.

No Brasil, historicamente, o principal benefício do horário de verão é a redução da ponta noturna, levando ao aumento da confiabilidade do sistema elétrico nas horas mais críticas para o suprimento e atenuando, assim, o risco de apagões. Além disso, reduz a necessidade de investimentos em expansão de capacidade ou despacho de termelétricas.

Nos últimos anos, o aumento no número de aparelhos de ar-condicionado, aliado à melhoria da eficiência energética da iluminação pública e residencial, tornou a temperatura o principal determinante do consumo. Como tais

aparelhos ficam ligados de forma quase contínua nos meses de verão, o horário de ponta se espalhou para boa parte da tarde, provocando um “achatamento” da curva de consumo. Dessa forma, o principal benefício do horário de verão vem diminuindo nos últimos anos. Apesar disso, ele não pode ser considerado nulo.

Nota técnica do Operador Nacional do Sistema (ONS), de fevereiro de 2018, concluiu que o horário de verão permite uma redução de 3,33% da demanda de eletricidade no Sub-sistema Sudeste/Centro Oeste (SE/CO) e de 3,43% no Subsistema Sul, ambas calculadas no horário da ponta noturna. Apesar desses percentuais serem baixos, eles representam um valor da ordem de 1.496 MW no SE/CO e 400 MW no Sul. A título de comparação, a usina de Angra 3 terá uma potência de 1.405 MW.

É legítimo o questionamento do governo sobre a manutenção do horário de verão, já que não são poucas as reclamações. Para quem o relógio biológico não se ajusta facilmente ao adiantamento dos ponteiros, a adaptação é penosa.

Quanto mais distante da linha do Equador, mais longos os dias e mais curtas as noites. Assim, somente em algumas regiões do país faz sentido adiantar em uma hora o relógio durante alguns meses do ano. Por conta disso, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, as emissoras de televisão são obrigadas a fazer adaptações em suas grades, e os bancos, no horário de funcionamento das agências.

Por outro lado, a oportunidade de aproveitar por mais tempo a luz solar após o trabalho é saudada por muitos. O período maior de claridade aumenta a sensação de segurança das pessoas. Aproveitam a luz do sol para fazer exercícios físicos ao ar livre ou saem para confraternizar com colegas do trabalho.

Esses hábitos geram uma demanda para o comércio e o setor de serviços. Tanto é que representantes de entidades de bares e restaurantes já se pronunciaram contra a descontinuidade do horário de verão e expressaram preocupação com a queda do faturamento.

Como vemos há razões favoráveis e contrárias ao horário de verão. Dado que os impactos não se restringem apenas ao setor elétrico, teria sido interessante que, antes de uma decisão sobre o fim dessa política, fosse realizado — e tornado público — um estudo analisando os efeitos sobre saúde, segurança pública e atividade econômica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 13/04/2019**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Ecos de Dilma

Bolsonaro intervém no preço do diesel para agradar a caminhoneiros; mais que aprender economia, ele precisa saber negociar em favor do interesse geral

Durou poucos dias a trégua que Jair Bolsonaro (PSL) parecia oferecer a seu governo. Deixada de lado a briga com o presidente da Câmara dos Deputados que dificultava a reforma da Previdência, o presidente fomentou uma nova crise com a decisão atabalhoada de intervir no preço do óleo diesel.

Nesta sexta-feira (12), o combustível deveria ficar 5,7% mais caro nas refinarias, como a Petrobras havia anunciado no dia anterior. Seria o primeiro reajuste desde o final de março, quando a estatal definiu que as mudanças do preço, destinadas a acompanhar as cotações internacionais, se dariam em prazos não inferiores a 15 dias.

Já na noite de quinta, porém, a empresa recuou por meio de uma nota vexatória, em que atribuía a nova orientação de suspender o aumento a supostos novos cálculos e considerações técnicas — e não a uma ingerência política.

A embromação foi logo desmoralizada. Um líder dos caminhoneiros — categoria que mais uma vez ameaça com uma paralisação desastrosa para o país — agradeceu de público a Bolsonaro. Mais tarde, o próprio presidente relataria sua participação no episódio.

“Já falei que não entendia de economia, quem entendia afundou o Brasil”, justificou-se. A condução da medida mostra que seu despreparo transcende tal ignorância.

O chefe do Executivo se revelou vulnerável a pressões setoriais, sem ao menos buscar uma negociação transparente; minou a credibilidade do ministro da Economia e sua agenda liberal; de mais imediato, lançou dúvidas sobre a governança da maior empresa do país.

As ações da Petrobras despencaram, com perda de mais de R\$ 30 bilhões em valor de mercado num único dia, enquanto voltava à memória a catástrofe produzida pelo intervencionismo de Dilma Rousseff (PT) — de quem Bolsonaro procurou se diferenciar na entrevista.

Aquela manipulava tarifas públicas na tentativa de conter a inflação e estimular a demanda; este se diz preocupado com os caminhoneiros e com “um preço justo para o óleo diesel”. De boas intenções as crises econômicas estão cheias.

É razoável que se evitem reajustes diários dos combustíveis, para viabilizar o planejamento do transporte de mercadorias. Constitui despautério, entretanto, imaginar que uma estatal possa trabalhar com preços artificiais e absorver prejuízos por prazo indefinido.

Cedo ou tarde, como a experiência demonstra à exaustão, a conta chega à sociedade por meio de colapsos orçamentários, tarifas, queda da confiança empresarial e escassez de investimentos.

Há meios de baratear os combustíveis com ajustes na tributação ou na concorrência. Nada disso é simples ou capaz de assegurar valores que os caminhoneiros considerem satisfatórios. Mais que aprender economia, Bolsonaro precisa saber negociar e, quando necessário, contrariar pleitos específicos em nome do interesse geral.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Bruno Boghossian

Título: Análise - Interferência não é surpresa, mas causa choque com Guedes

Jair Bolsonaro avisou. Dois dias depois do primeiro turno da eleição, o então líder nas pesquisas criticava a política de preços da Petrobras.

“Você não pode ter uma política predatória no preço do combustível para salvar a Petrobras e matar a economia brasileira. Qualquer coisa no combustível reflete no preço da mercadoria que tá lá na ponta”, disse o candidato em entrevista à Band.

A imagem do presidente convertido à agenda econômica liberal sempre foi uma miragem. Embora tenha dado crédito ao guru Paulo Guedes, Bolsonaro sempre deixou claras suas inclinações favoráveis à intervenção do governo em setores específicos.

Desde a campanha, o presidente seguia na contramão do caminho traçado por Guedes. Os dois se chocaram de frente quando Bolsonaro telefonou para a cúpula da Petrobras e ordenou o congelamento do preço do diesel.

“Ninguém quer a Petrobras com prejuízo, mas também não pode ser uma empresa que usa do monopólio para tirar o lucro que bem entende”, afirmou ele, na mesma entrevista do dia 9 de outubro.

Nos primeiros dias de governo, já estava claro que Bolsonaro e sua equipe econômica continuariam falando línguas diferentes. Ao tomar posse, o novo presidente da Petrobras achou até desnecessário dar destaque a um fato que, para ele, era evidente.

“Finalmente, atendendo a sugestões vou reafirmar o óbvio ululante. Preços de combustíveis obedecerão à paridade internacional”, disse Roberto Castello Branco em 3 de janeiro.

Controlada pela União, a Petrobras estará invariavelmente sujeita a interferências políticas. Como o preço dos combustíveis tem impacto sobre o dia a dia da população, um governante precisaria de muito desprendimento e autocontrole para deixar suas mãos distantes da companhia.

Bolsonaro não tem nenhuma das duas características. É um populista como muitos outros políticos e seu passado desenhou um perfil intervencionista para assuntos econômicos.

Durante a paralisação dos caminhoneiros de 2018, ele apoiou o movimento e aproveitou para alimentar sua popularidade entre os motoristas. Num vídeo gravado às vésperas do início da manifestação, o então deputado reconheceu o poder do governo para interferir nos preços do diesel.

“Somente a paralisação prevista a partir de segunda-feira poderá forçar o presidente da República a dar uma solução para o caso”, disse, na ocasião.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Tássia Kastner e Júlia Moura

Título: Petrobras perde R\$ 32 bi na Bolsa após interferência em sua política de preços

Para analistas, greve de caminhoneiro seria grave, mas ingerência é lembrança amarga da gestão PT

A Petrobras perdeu R\$ 32,4 bilhões em valor de mercado após o presidente Jair Bolsonaro impedir o aumento do diesel previsto para esta sexta (12). Temeroso com uma eventual nova paralisação dos caminhoneiros, Bolsonaro ordenou ao

presidente da estatal, Roberto Castello Branco, que revogasse a alta horas depois de a estatal anunciá-la na quinta (11).

A interferência do governo assustou o mercado, que colocou no preço das ações o receio de que intervenções se tornem regra, e não exceção.

As ações cederam ao redor 8%. Os papéis preferenciais (mais negociados) recuaram a R\$ 25,83, enquanto os ordinários (com direito a voto) fecharam a R\$ 29,13. Os recibos de ações da estatal negociados em Nova York tiveram perdas acima de 9%.

É a maior queda percentual da companhia desde 1º de junho de 2018, quando Pedro Parente renunciou ao cargo de presidente da estatal, em meio à pressão do governo para mudança na regra de reajuste dos combustíveis.

O tombo da Petrobras levou a Bolsa brasileira de arrasto, apesar do diapositivo no exterior. O Ibovespa, principal índice acionário do país, recuou 1,98%, a 92.875 pontos, no menor nível desde 27 de março, quando a preocupação era a reforma da Previdência.

O giro financeiro foi de R\$ 21 bilhões, o que reflete a liquidação que os investidores fizeram após a notícia negativa. A média diária de negociação do ano ronda os R\$ 16 bilhões.

O banco BTG Pactual classificou a intervenção de Bolsonaro na Petrobras como um déjà vu, uma lembrança amarga dos congelamentos de preços de combustíveis de Dilma Rousseff (PT), que colocaram a estatal à crise financeira.

BTG citou, porém, que a medida pode ser uma forma de conter uma eventual nova paralisação de caminhoneiros, algo que foi destacado por outros analistas de mercado.

“Então ficamos com um dilema. Enquanto as consequências de uma nova greve provavelmente seriam muito negativas para a agenda de crescimento do país (incluindo reformas) e inclusive para a Petrobras, a percepção de que a companhia está exposta a influências políticas, mesmo sob uma agenda liberal, coloca em risco o seu pilar central de processo de redução de riscos”, disse o BTG.

Para o banco Fator, o governo comemora 101 dias “com recaída populista”.

A política de preços da Petrobras foi adotada sob a gestão de Pedro Parente, que assumiu a companhia em 2016, sob o governo Temer.

Ela leva em consideração a cotação internacional do petróleo, o câmbio, o custo de importação do combustível e sobre esse valor é aplicada a margem de lucro da empresa. Deixa de ser considerado o custo de produção da Petrobras no cálculo, algo que Bolsonaro questionou nesta sexta-feira, após dizer que não entende de economia.

Mas com a disparada do preço da matéria-prima no exterior, os combustíveis encareceram e o resultado foi a paralisação dos caminhoneiros.

Desde então, o método de cálculo começou a ser flexibilizado. Entre junho e dezembro, o diesel subia apenas uma vez por mês. Em setembro, os reajustes da gasolina passaram a ser quinzenais.

Neste começo de ano, porém, o petróleo voltou a subir, assim como o diesel. O preço do petróleo ronda os US\$ 70 por barril (do tipo Brent, a referência internacional). É o mesmo patamar em que estava quando estourou o protesto dos caminhoneiros em 2018.

Com o tombo nas ações, o mercado tentou buscar justificativas, com medo do impacto de uma nova paralisação de caminhoneiros sobre a já cambaleante economia.

“Está faltando uma mensagem mais enfática de que não vai durar [a intervenção]. Uma greve dos caminhoneiros agora deixaria o governo natimorto, o apoio popular iria a zero”, afirma Victor Cândido, economista-chefe da Guide.

“O modelo de preços tem que ser feito pelo presidente da empresa ou pelo economista-chefe e não pelo o presidente do país. O governo prega que as empresas devem ser independentes mas têm atuação direta do presidente. Isso é militarismo? Se estas intervenções continuarem, a equipe econômica sai do governo, diz Marco Tulli Siqueira, gestor de operações da Coinvalores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Mário Mesquita

Título: 'PIB fraco abre espaço para juro cair, mas é preciso que antes a reforma avance'

entrevista

Para economista-chefe do Itaú, que reduziu previsão de crescimento neste ano para 1,3%, incerteza sobre Previdência prejudica atividade

Flavia Lima

O Itaú revisou para baixo a previsão de crescimento de 2019 de 2% para 1,3%, confirmando a tendência iniciada no começo do ano, que acabou transformou o piso das projeções dos economistas para o PIB em teto.

Mário Mesquita, economista-chefe do Itaú, diz que os indicadores econômicos já conhecidos decepcionaram.

Em entrevista concedida de Washington, onde o Itaú realiza evento com clientes e investidores no âmbito do encontro do FMI (Fundo Monetário Internacional), Mesquita diz o PIB mais fraco abre espaço para que o Banco Central promova novos cortes nos juros, ação condicionada, porém, à reforma da Previdência.

A aprovação da proposta, no entanto, ficou mesmo para o segundo semestre e ela sairá do Congresso reduzida a até 50% do desenho original.

O que justifica a revisão?

Os dados que foram saindo para o primeiro trimestre vieram mais fracos do que a gente esperava. Para a economia atingir os 2% projetados anteriormente, será necessário que ela acelere muito intensamente no resto do ano. A gente até acha que vai ocorrer alguma aceleração, mas, diante de um começo de ano mais fraco, não vai chegar aos 2%.

Qual o papel de incertezas sobre a reforma da Previdência nessa revisão?

A gente acha que a incerteza sobre a trajetória fiscal é uma parte importante disso. Se uma empresa não sabe qual vai ser a trajetória da dívida, não sabe qual será a dos impostos, e isso torna mais difícil qualquer planejamento de médio e longo prazo. Empresários retardam decisões de investimento, e as famílias, a compra de itens caros. O consumo até vem retomando num ritmo razoável, é do lado do investimento que a gente não viu uma retomada. São números fracos.

Qual a implicação disso para a política monetária?

O PIB mais fraco deve abrir espaço para o Banco Central fazer modestos cortes nos juros a partir de setembro até o início do ano que vem [de 6,5% hoje para 5,5% no fim de 2020. O Itaú espera que a inflação encerre o ano de 3,6%, abaixo da meta de 4,25% estipulada pelo Banco Central]. Mas a gente condiciona isso ao avanço da reforma da Previdência, que é algo que deve acontecer no terceiro trimestre, e não na primeira metade do ano. Sem ela, é provável que haja alta

do risco-país e depreciação cambial, e aí qualquer espaço para queda dos juros tenderia a ser eliminado.

O que mudou em relação à expectativa para a reforma?

A gente continua achando que ela vai gerar economia entre 50% e 75% do originalmente proposto [total de R\$ 1,1 trilhão em dez anos]. Se for comparar, ela vai ser igual ou um pouco maior do que a proposta do Temer depois do processo de diluição. E isso vai acabar sendo aprovado no terceiro trimestre. É pouco provável que seja votada na Câmara nesse semestre. Aí o Senado deve demorar um par de meses.

Aumentaram as chances de que a reforma não saia?

A gente acha pouco provável tanto que a reforma saia exatamente da maneira foi proposta como que ela não saia. Eu e meus colegas temos ido frequentemente a Brasília e há um convencimento no Congresso, tirando as objeções já públicas a mudanças no BPC [benefícios a idosos carentes] e na aposentadoria rural.

Há certo nível de decepção com a articulação política do governo?

Dado o teor da campanha eleitoral e das críticas que têm sido feitas por membros da sociedade a aspectos da política tradicional, sempre achamos que haveria um grau de ruído.

Como avaliam os cem dias de Bolsonaro na economia?

Muito pouco de desempenho da economia no primeiro trimestre se pode atribuir a pessoas que acabaram de tomar posse. A proposta da reforma da Previdência é mais ambiciosa do que a proposta do Temer. A questão da autonomia do Banco Central é outro aspecto, achamos ser um tema bem maduro.

Esperamos também maior clareza — que acho que virá neste semestre — sobre quais serão os próximos passos da política comercial. Um anúncio mais detalhado da estratégia de abertura da economia. Mas a atividade econômica ainda está fraca e reflete mais choques ocorridos em 2018 do que decisões desse governo.

A Petrobras elevou o preço do diesel na quinta-feira (11), mas voltou atrás horas depois. A economia está refém dos caminhoneiros?

Acho que não. Alguns setores da economia têm capacidade maior de mobilização e eles usam isso para defender seus interesses. Não acho que se

deva necessariamente acompanhar diariamente as mudanças do preço internacional. Por outro lado, a experiência sugere que não dá para deixar acumular um descolamento muito grande entre os preços internacionais e o doméstico. Se vai fazer isso com maior ou menor grau de suavização, é outra decisão. Mas não pode acontecer uma política como a que tivemos no passado de subsídio mais ou menos permanente ao consumo de combustíveis. Não só pelo prejuízo que isso causa à empresa que vende o produto mas por efeitos em outros setores, como o sucroalcooleiro.

Há quem diga que a aceleração do crescimento não virá mesmo com a reforma da Previdência.

A reforma é condição necessária, mas não é suficiente tanto para o ajuste fiscal quanto para retomada mais consistente da economia. A gente tem uma transição de uma economia fechada e crescimento liderado pelo Estado a uma economia mais aberta com papel mais predominante do setor privado: reduz papel o BNDES e aumenta papel do mercado de capitais. São as dores do parto de uma nova economia brasileira.

A estagnação da indústria preocupa?

A indústria foi muito afetada pela crise argentina. Há uma desaceleração mundial também nos setores automotivos e eletroeletrônicos que acaba afetando a nossa indústria, que é a parte da economia mais globalizada, comparada com o setor de serviços.

O governo deveria dar menos atenção à agenda ideológica e voltar a atenção para a economia?

O governo decide quais são as suas prioridades. O governo tem uma quantidade mais ou menos fixa de capital político e tem que escolher onde vai gastar esse capital. Se ele gasta com temas econômicos, a economia tende a reagir.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Heloísa Negrão

Título: Nunca tivemos tanta abertura com um governo, diz Chorão

O caminhoneiro Wallace Landin, o Chorão, está grato. Desde a noite de quinta (11), ele tem escrito em grupos de WhatsApp com membros do governo palavras em agradecimento ao ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e general Floriano Peixoto (Secretaria-Geral da Presidência).

“Foram os dois que levaram as nossas demandas para o presidente [Bolsonaro]”, diz.

Landim ganhou destaque como um dos líderes dos motoristas que paralisaram as estradas do país em maio de 2018. “A gente nunca teve isso. Hoje, graças a Deus, nós temos um diálogo, direto com a Casa Civil”, diz. Landim conta que ainda não teve suas mensagens respondidas, mas diz que entende: “Deve estar uma loucura lá para o pessoal.”

Além dos grupos com funcionários dos ministérios, Landim esteve com o ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), na quinta-feira (5), e expôs a preocupação dos caminhoneiros com a possibilidade de haver um reajuste muito alto depois de 15 dias.

No fim de março, sob ameaça de nova paralisação dos caminhoneiros, o governo pediu à estatal mudanças em sua política de preços para o diesel, que passou a respeitar prazos mínimos de 15 dias sem reajustes.

Landim afirmou que o ministro o acalmou. “Fica tranquilo, o presidente está sabendo das demandas da categoria”, teria dito Freitas.

O anúncio do aumento de 5,7% no diesel causou surpresa às lideranças dos caminhoneiros. À noite, a estatal voltou atrás.

“A categoria vem sofrendo muitas dificuldades, os atravessadores não estão pagando o piso mínimo de frete. Se viesse um aumento no óleo diesel, o pessoal ia ficar louco”, afirmou Landim sobre a possibilidade de novas manifestações caso o preço do combustível aumentasse.

A CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos) disse o mesmo.

Em nota, o órgão afirmou que a intervenção do governo “apazigua a insatisfação do caminhoneiro autônomo em relação aos altos custos da operação, uma vez que a categoria enfrenta dificuldades em repassá-los através da lei do piso mínimo do frete”.

O caminhoneiro Plínio Dias, presidente do Sinditac-PR (Sindicato dos Transportadores Autônomos do Paraná), afirmou que a revogação na alta dos preços foi “um grande passo, [mostra que] o governo entende que nossa categoria está ainda em um caos”.

Porém, ele diz que ainda faltam muitas leis a serem compridas. Dias liderou uma carreata no final de março em Curitiba.

Landim diz que luta para que haja uma mudança na política de preços da Petrobras e redução do lucro da estatal. Para o caminhoneiro, o governo deveria dar algum tipo de desconto ou subsídio para os caminhoneiros autônomos.

“O cartão-caminhoneiro não resolve o nosso problema. Vai beneficiar as grandes transportadoras que conseguem antecipar a compra de diesel. O autônomo vende a janta para comprar o almoço”, afirma.

No formato pré-pago, o cartão foi anunciado por Bolsonaro como uma das medidas para aumentar a previsibilidade de gastos com o frete.

O subsídio negociado durante o governo Temer, e que durou até janeiro, também não é o melhor caminho, segundo Landim.

“Isso beneficia todo mundo porque diminui o preço do diesel em geral. E as transportadoras saem ganhando mais porque conseguem fazer acordos diretos com a Petrobras. O mais fraco é o caminhoneiro autônomo, que morre com o preço final na bomba”.

Para o presidente da CNTA, a periodicidade mais viável de reajuste seria a cada 30 dias, seguindo o acordo feito com o governo Temer durante a paralisação e cumprida até o final de 2018.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/04/2019

Seção: Economia

Autor: JUSSARA SOARES, GUSTAVO MAIA E MANOEL VENTURA

Título: Bolsonaro diz que ligou para estatal, mas nega ‘canetaço’

Presidente diz que não entende de economia e quer ‘números da empresa’

BRASÍLIA- Ao confirmar que ligou para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para suspender o aumento dos preços do diesel, o presidente Jair Bolsonaro disse que ficou preocupado com a situação dos caminhoneiros. Por isso, explicou, decidiu convocar para a próxima terça-feira uma reunião para tratar dos aspectos técnicos da atual política dos combustíveis. Devem participar do encontro os ministros da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e o presidente da Petrobras.

Apesar de ter interferido na empresa, o presidente disse que não será intervencionista. Bolsonaro também declarou que não entende de economia, mas que quem entendia do assunto “afundou o Brasil”:

— O Brasil não pode continuar com essa política de preços altos de combustíveis. Mas não pelo canetaço e não pela imposição do chefe do Executivo, em hipótese alguma isso vai existir. O que aconteceu? Eu liguei para o presidente, sim. Eu me surpreendi com o reajuste. Eu não vou ser intervencionista. Não vou praticar a política que fizeram no passado, mas eu quero os números da Petrobras — afirmou ele, acrescentando que estava preocupado com os caminhoneiros: — São pessoas que têm que ser tratadas com o devido carinho e consideração.

No final do dia, o porta-voz do Palácio do Planalto, Otávio do Rêgo Barros, afirmou que “o governo não é refém de ninguém”, ao ser questionado se o Planalto não receia ficar submetido a ameaças de greve de caminhoneiros: — O governo não é refém de ninguém. (...) No entanto, em face do impacto sobre a população do ajuste anunciado, ele (Bolsonaro) recomendou aguardar a implantação e convidou ministros ligados à área e uma equipe técnica da Petrobras para comparecerem ao Palácio.

REAJUSTE EM ATÉ 30 DIAS

O porta-voz também destacou que o governo tem adotado ações para mitigar os prejuízos dos caminhoneiros e citou como exemplo a possibilidade de estender a periodicidade de aumento dos preços do diesel de 15 para 30 dias.

O Ministério de Minas e Energia também veio a público tentar reduzir os danos da intervenção. A pasta divulgou nota na qual afirma que o recuo da Petrobras ocorreu “em função do interesse público envolvido” e afirmou que a estatal tem autonomia para definir sua política de preços, “conforme o artigo 34 de seu Estatuto Social”

Já o vice-presidente Hamilton Mourão disse em entrevista à rádio CBN que a decisão de Bolsonaro foi uma opção pelo “bom senso”, diante de pressões por uma nova greve de caminhoneiros.

Bolsonaro, por sua vez, também afirmou que é preciso cobrar os governadores sobre o assunto, uma vez que o ICMS que incide no preços dos combustíveis “é altíssimo”, segundo ele.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/04/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Impensado

Opinião do O GLOBO

TODOS SABEM que Bolsonaro não gosta da reforma da Previdência, mas entende a sua importância. Deveria também compreender a necessidade de a Petrobras não subsidiar combustíveis.

AO SUSPENDER um reajuste do diesel, o presidente pode justificar que não deseja outra greve de caminhoneiros. Em compensação, abala qualquer intenção de investidores de se candidatarem a comprar refinarias da estatal, importante para capitalizar a Petrobras e injetar concorrência no mercado de combustíveis, incluindo o diesel.

E AINDA reinstala uma prática deletéria, que foi responsável por abrir rombos consideráveis nas finanças da estatal.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/04/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Intervenção na Petrobras

Ações despencam com suspensão de reajuste

A determinação do governo para que a Petrobras revisse um reajuste de 5,7% no preço do diesel foi considerada uma intervenção na política de preços da companhia e, segundo especialistas, colocou em xeque a autonomia da empresa e das demais estatais — e o discurso liberal do governo do presidente Jair Bolsonaro. Após divulgar a alta do diesel por volta das 13h de quinta-feira, a Petrobras suspendeu o reajuste ainda na noite de anteontem, a pedido de Bolsonaro. O impacto foi imediato: as ações da estatal caíram 8,76% ontem, e a companhia viu seu valor de mercado encolher R\$ 32 bilhões em um único dia.

O tombo nas ações foi o maior desde 1º de junho de 2018, quando o então presidente da estatal, Pedro Parente, renunciou em meio à crise gerada pela greve dos caminhoneiros insatisfeitos com o preço do diesel. O temor de um novo movimento da categoria, um ano após a greve que parou o país, motivou a decisão do governo. Além de afetar as contas da estatal, a intervenção pode dificultar os planos da Petrobras de vender ativos e abrir o mercado de refino no país.

Ontem, Bolsonaro revelou ter ligado para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para pedir a suspensão do reajuste, preocupado com o impacto nos custos dos caminhoneiros. Ele se disse surpreso com o reajuste, apesar de a Petrobras ter anunciado no dia 26 de março uma mudança na política de preços, com alterações no diesel em períodos não inferiores a 15 dias, seguindo as oscilações do mercado internacional de petróleo. Na ocasião, o anúncio de

que os reajustes ocorreriam em prazos maiores já teria sido uma tentativa de acalmar os caminhoneiros.

GUEDES NÃO CONSULTADO

Em Washington, onde participa de uma série de reuniões com investidores e organismos multilaterais, o ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu não ter sido consultado pelo presidente a respeito do cancelamento do reajuste. Ele tentou evitar o assunto, mas diante da insistência dos jornalistas, afirmou que a conclusão de que ele não foi informado “é uma inferência razoável, aparentemente’..

Nos quatro primeiros meses deste ano, o preço do diesel nas refinarias da Petrobras acumula alta de 18,4%. Sem o reajuste anunciado anteontem, a estatal terá um prejuízo da ordem de R\$ 13,5 milhões por dia (ou R\$ 400 milhões mensais), segundo estimativa da Associação Brasileira dos Importadores de combustíveis (Abicom), devido à defasagem entre o que compra lá fora e revende no mercado interno.

O barril de petróleo do tipo Brent no mercado internacional já subiu quase 33% este ano e, segundo especialistas, segurar esse repasse pode acabar levando a um reajuste muito maior no diesel no futuro, já que a perspectiva é de que o petróleo continue em alta. Para Adriano Pires, sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), a ação do governo foi um equívoco.

— Foi tudo atabalhado. O governo tem três meses e já está se ajoelhando para os caminhoneiros. Isso pode dar margem para (o lobby de) outros setores. Aparentemente, o governo está refém da categoria. Espero que esse episódio tenha sido algo isolado — afirmou Pires, lembrando que a ex-presidente Dilma Rousseff provocou grandes prejuízos à estatal ao impedir reajustes dos preços da gasolina e do botijão de gás para controlar a inflação.

Para Helder Queiroz, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o recuo da Petrobras contraria o discurso de sua atual gestão de que tem liberdade para conduzir os preços dos combustíveis sem interferência política.

— Apolítica de até 15 dias para o reajuste do diesel não resistiu ao primeiro estresse do preço do barril do petróleo. E acendeu um sinal amarelo. A estatal deveria testar outro tipo de periodicidade, como 30 dias, dado o tamanho do Brasil —avaliou Queiroz.

— Esse governo está recheado de contradições. O presidente disse que pediu para a Petrobras um preço justo, mas justo é um valor que leve em conta os custos.

‘CANETADA NÃO RESOLVE’

Em meio à crise gerada pela interferência de Bolsonaro, Castello Branco indicou que não cogita renunciar. Em viagem aos EUA, o executivo confirmou em nota ter recebido um telefonema de Bolsonaro “alertando sobre os riscos do aumento do preço do diesel”. Ainda assim, afirmou que a Petrobras é “uma empresa completamente autônoma para a tomada de decisões” e tem posição em instrumentos financeiros contra prejuízos.

Em resposta a questionamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que regula o mercado de capitais, a Petrobras informou que adiou o reajuste a pedido da União diante “das ameaças de início de uma nova paralisação (dos caminhoneiros)”.

Edmar Luiz Fagundes de Almeida, professor do Instituto de Economia da UFRJ, destaca que, desde que os preços dos combustíveis foram liberados, no início dos anos 2000, ainda não foram encontradas nem uma solução de mercado para aumentar a concorrência no setor, nem uma política pública que não prejudique o consumidor nem a Petrobras.

Para Leandro Miranda, da área de petróleo e gás do Tozzini Freire Advogados, a intervenção de Bolsonaro é péssimo sinal para investidores que estão olhando planos de privatizações, como a da Eletrobras, e de venda de ativos da própria Petrobras, como refinarias:

— Fazer uma intervenção com uma canetada na Petrobras pelo acionista controlador não resolve o problema. (Colaboraram Sergio Lamucci, do Valor, e Paola De Orte, especial para O GLOBO)

Avisado a caminho do aeroporto

> O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, estava a caminho do aeroporto quando recebeu o telefonema do presidente Jair Bolsonaro com a determinação de rever o reajuste do diesel que fora anunciado, cerca de sete horas antes, pela estatal.

Castello Branco embarcou para Chicago na noite de ontem, para participar de uma conferência sobre mercados emergentes, e seguiria para Nova York na próxima semana, para encontro com investidores. Mas, após a crise desencadeada pela intervenção do governo na Petrobras, decidiu antecipar seu retorno e deve chegar ao Brasil na próxima segunda-feira.

> Próximo ao ministro da Economia, Paulo Guedes, Castello Branco é um liberal com pós-doutorado em Chicago. Na sua posse, ele afirmou que “os preços

de combustíveis devem atender à paridade internacional com um sonoro não aos subsídios e à tentativa de exercício de poder de monopólio”.

> Ontem, durante o dia, enquanto as ações da empresa caíam cerca de 8%, a direção da estatal convocou seu Conselho de Administração para uma teleconferência de emergência. Na teleconferência, os conselheiros manifestaram sua preocupação com a intervenção do governo federal na estatal.

(B.R.e R.O.)

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/04/2019

Seção: Economia

Autor: Miriam Leitão

Título: O retorno da intervenção

Há dois caminhos e só um é certo. Foi isso que a queda das ações da Petrobras mostrou ontem. Os preços dos combustíveis podem ser fixados tecnicamente pelas mais diversas fórmulas, mas jamais decididos pelo presidente da República. O caminho escolhido por Jair Bolsonaro foi o mesmo usado pela ex-presidente Dilma e que produziu um grande prejuízo para a estatal. Não é pelo adiamento em si do reajuste do diesel, é porque ele rasga a política de preços e contradiz a agenda liberal do ministro Paulo Guedes.

Há várias formas de reajustes que obedeçam as leis de mercado. Nenhuma delas comporta uma decisão tomada por um telefonema do Palácio do Planalto. A revisão pode ser diária, quinzenal, ou por uma fórmula, mas tudo tem que ter parâmetro transparente. A greve dos caminhoneiros exibiu um problema concreto. Os motoristas saíam com um frete contratado e no meio da viagem o preço do insumo subia. Isso os levava ao prejuízo. O governo Temer encontrou uma nova fórmula de reajustes mais espaçados, com compensações à Petrobras pelo Tesouro. E por que compensar a estatal? Porque quem dá subsídio é o Tesouro e jamais uma empresa de capital aberto, do contrário há uma distorção de preço e o uso político da estatal.

Durante a campanha, Jair Bolsonaro foi perguntado várias vezes sobre o assunto. A política de preços estabelecida no governo Temer, depois da greve, acabaria no fim de dezembro. A nova administração teria que pensar numa saída. Qual seria? Ele tinha apoiado a greve dos caminhoneiros em mais um ato populista da sua campanha. O economista indicado como futuro ministro é um liberal e, por óbvio, contra o controle de preços. Perguntado sobre essa

contradição, ele dava respostas vazias — “isso é com o posto Ipiranga” — ou era ambíguo.

Há uma hora em que a ambiguidade se esclarece. Foi agora, com a decisão de Bolsonaro de mandar o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, revogar o aumento do diesel.

No dia 3 de agosto, como lembrou ontem o repórter José Roberto Castro do “Nexo Jornal”, Bolsonaro, em uma entrevista a mim, mostrou sua forma de pensar o reajuste. “Acabei de ver lá embaixo um lucro monstruoso da Petrobras. Quem é que faz o preço da Petrobras? Ninguém quer dar canetada em lugar nenhum, mas pelo que me consta, não sei se é verdade, a Petrobras coloca 150% de majoração sobre o preço do óleo diesel. Será que não pode ser um pouquinho menor esse percentual?”.

Se o repasse fosse abusivo, como ele disse quando candidato, já deveria ter corrigido, dado que a empresa é quase monopolista. Mas o que ele acabou de fazer foi dar uma “canetada”. O certo é que o preço tem que seguir as cotações internacionais por uma fórmula que seja transparente.

Não é pelos 5,7%. É muito mais. A contradição econômica desse governo sempre foi entre o conjunto de crenças intervencionistas que Bolsonaro demonstrou ao longo de sua vida política, e o programa liberal de campanha. A cada dia as duas cordas desafinam. O aumento da barreira contra o leite em pó não sabe como se encaixar na promessa de abertura comercial. A concessão de perdão à dívida do Funrural não conversa com a promessa de ajuste fiscal. Os aumentos de soldos dos militares contradizem diretamente a proposta de reforma da Previdência.

Essa questão sempre vira um ponto de tensão quando os preços sobem no mercado internacional. Foi o que aconteceu agora. A cotação do petróleo tipo Brent saltou 29% entre os dias 2 de janeiro e 11 de abril, saindo de US\$ 54 para US\$ 70. Quando isso acontece, tem várias vantagens para o país, como o aumento de arrecadação. Por outro lado, os combustíveis ficam mais caros. O presidente da Petrobras disse que não voltaria à política do governo Dilma.

Durante os anos de controle dos preços, a estatal acumulou bilhões de prejuízo com essa política. No governo Temer, os preços oscilavam diariamente para cima ou para baixo. Quando o barril subiu, explodiu a greve dos caminhoneiros. Pensou-se em um imposto que arrecadasse quando o preço ficasse baixo para subsidiar o combustível nos picos de alta. Isso não foi adiante. Aliás, a Cide era para isso, mas acabou desvirtuada.

O governo pode encontrar uma fórmula que evite o excesso de volatilidade, desde que siga preços internacionais e seja transparente. Quando um telefone do Planalto decide o preço, por menor que seja o reajuste revogado, quebra-se o cristal da confiança.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/04/2019

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA, JUSSARA SOARES E GUSTAVO MAIA

Título: Temor de nova greve motivou ação do governo

Bolsonaro foi convencido a intervir na Petrobras ao constatar o aumento das queixas dos caminhoneiros em relação ao preço do diesel. Categoria também está insatisfeita com o descumprimento da tabela do frete

BRASÍLIA- Por trás da decisão do presidente Jair Bolsonaro de recuar do reajuste do diesel está a preocupação do governo com uma insatisfação generalizada por parte dos caminhoneiros. Além de irritados com o aumento de combustível, eles reclamam que a tabela do frete, criada no acordo que pôs fim à greve de maio do ano passado, não está sendo cumprida pela maioria dos contratantes.

Segundo representantes da categoria, ainda não há um indicativo de greve, mas alguns grupos já estão se mobilizando para fazer protestos. O presidente dos Transportadores Autônomos de Cargas de Ijuí (RS), Carlos Alberto Litti Dahmer, disse ao GLOBO que enviou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ofício pedindo a correção da tabela do frete para incorporar o aumento do diesel, que soma 18,4% este ano. Também cobrou rigor na fiscalização para forçar as empresas a remunerarem o profissional autônomo com o piso mínimo do transporte de carga.

Segundo a legislação em vigor, a tabela deve ser corrigida toda vez que o preço do diesel oscilar 10%. O último ajuste ocorreu em janeiro. Segundo o sindicalista, a agência respondeu que o aumento, depois dessa data, ocorreu somente nas refinarias. Não teria sido repassado pelos postos.

— Eles subestimam a nossa inteligência — disse Litti.

DEMANDA BAIXA

Ele afirmou também que o cartão caminhoneiro, anunciado pelo governo no mês passado para acalmar os ânimos da categoria, não ajuda porque o motorista precisa pagar antecipado pelo combustível, como num cartão de telefone pré-pago. A única vantagem, explicou, ocorre se o preço subir durante

o uso do crédito. O combustível representa 60% do custo operacional do transporte rodoviário de carga, segundo o setor.

Para piorar a situação, o crescimento lento da economia aumentou a oferta de caminhões sem a contrapartida da demanda pelo serviço. Isso ajudou a derrubar o preço do frete. Segundo sindicalistas, é justamente nesses momentos em que eles precisam da auxílio do governo para fazer valer a tabela do frete mínimo.

Esses problemas foram levados ao Ministério de Infraestrutura na última semana de março, durante o fórum criado para discutir a situação dos caminhoneiros autônomos. Além de recuar na questão do diesel, o governo mobilizou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que vem monitorando os caminhoneiros desde março. Agentes inclusive tiveram que cancelar alguns cursos e tarefas internas para se dedicar ao tema.

O temor do governo é que os caminhoneiros articulem uma greve em meados de maio, quando a mobilização de 2018, que provocou uma grave crise de desabastecimento, completa um ano.

De acordo com uma fonte do governo, na conversa de quinta-feira à noite para tratar do aumento do diesel, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e Bolsonaro chegaram à conclusão de que não seria “o momento oportuno” para a medida. Entretanto, ainda segundo este integrante do Planalto, a interferência seria pontual e não se tornaria uma prática frequente.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, participou da decisão. Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, em viagem aos EUA, não teria sido consultado previamente. Alguns auxiliares do presidente, chegaram a argumentar que ele deveria ser consultado e defenderam uma solução “menos intervencionista” e mais liberal, mas o presidente seguiu adiante.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Bate e volta

A ordem de Bolsonaro para que a Petrobras revogasse o aumento do diesel encontrou o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, viajando para Chicago. Chegou a tempo de pegar um voo de volta. A decisão fez a Petrobras perder R\$ 32,4 bilhões em valor de mercado na Bolsa.

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/04/2019****Seção: O País****Autor: MANOEL VENTURA****Título: Erosão do orçamento**

PÓS-BRUMADINHO

Governo corta verba de fiscalização de barragens

Pouco mais de dois meses depois do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), que deixou mais de 270 mortos e desaparecidos, o governo federal decidiu bloquear R\$ 15 milhões do orçamento da Agência Nacional de Mineração (ANM), o que equivale a 22% dos recursos que o órgão tem disponível para gastar neste ano.

Diretores da ANM afirmam que a decisão irá comprometer a já precária fiscalização de barragens de mineração no país. Foram bloqueados gastos de investimentos e de manutenção de operações, fiscalizações, e de unidades do órgão. Neles não estão incluídos gastos com pessoal (pagamento salários e benefícios para servidores ativos e aposentados).

O bloqueio de gastos deve impedir que a ANM atenda ao pedido do Ministério Público Federal (MPF) de Minas Gerais, que ajuizou ação civil pública para que o órgão seja obrigado a inspecionar as mais de 700 barragens de mineração do país consideradas inseguras ou com segurança inconclusiva. Hoje, há apenas 50 fiscais deste tipo aptos a atuar no país.

Funcionários da ANM também temem que o orçamento menor obrigue o órgão a fechar unidades em alguns estados. Além de acompanhar a situação das barragens, ANM precisa fiscalizar e regulamentar as atividades minerárias como um todo, inclusive o recolhimento dos royalties de mineração. Essas atividades também devem ficar comprometidas.

Uma lei federal sancionada em 2017 diz que a ANM deve receber 7% do total arrecadado com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que é pago pelas mineradoras. Caso a norma fosse cumprida, a agência receberia cerca de R\$ 210 milhões neste ano.

Na prática, o orçamento deverá ser de menos de um quarto deste valor. Inicialmente previsto para R\$ 63 milhões, a verba da agência será reduzida para R\$ 48 milhões em 2019, segundo integrantes do órgão.

O orçamento ainda mais baixo foi comunicado aos dirigentes da ANM em uma reunião, na semana passada, pelo ministério.

Para a ambientalista Maria Teresa Corujo, integrante do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam), o corte orçamentário ameaça o controle das estruturas existentes:

— Essa redução no orçamento é gravíssima. Uma auditoria do TCU apontou que a AMN não tinha condição de fiscalizar as barragens de Minas. Já não temos a estrutura necessária para fiscalizar as barragens atuais, e qualquer redução significa que a situação, que é temerosa, vai se agravar.

A ANM foi criada numa tentativa de estruturar um órgão federal de mineração forte, nos moldes do que já existe no setor elétrico (com a Aneel) e do petróleo (com a ANP). A expectativa dos dirigentes da entidade era de que o orçamento deste ano fosse usado justamente para reestruturar o órgão, com reformas nos prédios e compra de equipamentos. Com o desastre de Brumadinho, todo o foco passou para a fiscalização de barragens. Mas não é de hoje que a agência sofre com a falta de estrutura.

Até o rompimento do reservatório da Vale, a agência tinha apenas 34 fiscais de barragens. Em Minas, eram apenas cinco. Para fiscais do órgão, seriam necessários ao menos dois mil profissionais para acompanhar presencialmente todo o sistema de barragens de mineração no país. Em março, o Ministério da Economia movimentou 26 servidores de diferentes órgãos federais para a ANM. Deste total, 16 vão atuar especificamente na fiscalização.

A POSIÇÃO DO GOVERNO

Ontem, após o GLOBO noticiar o bloqueio de recursos da agência, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** divulgou nota sustentando que o contingenciamento de 22% no orçamento não “implicará em comprometimento às atividades de fiscalização” da ANM. A pasta diz que a ação de fiscalização é prioritária, e há opções na execução orçamentária, como o remanejamento de verbas do ministério que, se necessário, “vai assegurar a plena capacidade de se manter os trabalhos de fiscalização”.

“Até o momento, a ANM não apresentou formalmente ao ministério qualquer demanda de liberação de recursos financeiros e que objetivasse manter a regularidade do seu funcionamento”, acrescentou o MME. (Colaborou Rayanderson Guerra).

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/04/2019****Seção: Economia****Autor: MARTHA BECK E DAIANE COSTA****Título: Orçamento vai prever rombo maior em 2020**

Proposta do governo não incluirá nas contas aprovação da reforma da Previdência. Objetivo é mostrar ao Congresso o tamanho do problema fiscal e a importância de fazer mudanças no regime de aposentadoria

BRASÍLIA- A equipe econômica decidiu apresentar ao Congresso um cenário fiscal pessimista para os anos de 2020, 2021 e 2022. Integrantes do governo afirmaram ao GLOBO que o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que vem trará metas calculadas num cenário no qual não haveria a reforma da Previdência, a realização de um **mega leilão de petróleo do pré-sal** ou um programa expressivo de privatizações. Assim, o rombo fiscal previsto para 2020 será maior do que o fixado para 2019, de R\$ 139 bilhões.

Os técnicos explicaram que a ideia é mostrar ao Legislativo a importância da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que muda o sistema de aposentadorias no país e o que pode acontecer nas contas públicas caso ela não seja aprovada.

— Não é o que vai acontecer (a não aprovação da reforma). O governo não trabalha com essa possibilidade. Mas a ideia é que o PLDO traga números bem realistas sobre o que pode acontecer caso essas medidas que são importantes não se concretizem — afirmou um integrante do governo.

SEM ZERAR DÉFICIT ESTE ANO

Para 2019, embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenha dito que iria zerar o rombo fiscal, os técnicos admitem que isso não será possível. O déficit primário acumulado em 12 meses fechados em fevereiro está em R\$ 122 bilhões, ou 1,74% do Produto Interno Bruto (PIB). Mais recentemente, o próprio Guedes afirmou que o importante é melhorar os resultados e indicar que as contas caminham para o reequilíbrio.

— É muito importante que o governo sensibilize através de números. É a melhor forma de convencimento da necessidade da aprovação da reforma. Eles servem como referência da gravidade da não aprovação da PEC. Sem isso, nossa dívida pública vai entrar numa trajetória crescente, e a saída vai ser a hiperinflação ou calote. Em ambos os casos, a economia vai entrar numa recessão nunca vista antes na história — avalia a economista especialista em contas públicas Margarida Gutierrez, da UFRJ.

Para que a aprovação da reforma tenha efeito positivo, no entanto, é imprescindível que seja mantida a regra de transição prevista no texto, que prevê a implantação do aumento da idade mínima a partir de 2020: — A regra de transição é um ponto nevrálgico.

Margarida lembrou ainda o alerta dado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), nesta semana, a respeito da trajetória explosiva da dívida pública brasileira. Num cenário sem reforma, ela vai atingir 100% do PIB daqui a cinco anos. É a maior carga de dívida de um país emergente. Nos demais, ela fica em torno de 50% do PIB.

O PLDO traz as metas fiscais para o ano seguinte e projeções para o futuro. Na LDO de 2019, por exemplo, o rombo de 2020 é estimado num déficit de R\$ 110 bilhões. No entanto, o número será revisto. O projeto também precisa trazer projeções para o salário mínimo. Segundo os técnicos, o governo vai propor que o reajuste dos trabalhadores seja feito sem ganho real. A opção será estabelecer apenas a inflação como parâmetro para a correção do piso nacional. O impacto positivo no próximo ano pode chegar a R\$ 7,6 bilhões, segundo estimativas da área técnica.

SALÁRIO MÍNIMO

Hoje, o salário mínimo está em R\$ 998. A atual fórmula de cálculo do reajuste foi fixada em 2007 e leva em conta o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes mais a inflação do ano anterior, medida pelo INPC. Isso garantiu, nos momentos de crescimento da economia, que o ganho do salário mínimo superasse a inflação, ajudando a reduzir desigualdades. A regra, no entanto, também fez aumentar as despesas públicas acima da inflação, o que contribuiu para a piora do resultado fiscal.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/04/2019

Seção: Política

Autor: Rodolfo Costa/ Bruno Santa Rita

Título: Polêmica da vez é com a Petrobras

O presidente Jair Bolsonaro mergulhou o governo em uma nova polêmica. Dessa vez, com os agentes econômicos. O chefe do Palácio do Planalto ligou na quinta-feira para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, determinando que segurasse o reajuste do óleo diesel anunciado na tarde daquele dia, de 5,7%. A ordem repercutiu mal nos mercados e provocou a queda de 7,75% no valor das ações preferenciais da estatal (Leia na matéria abaixo). A classe política também se manifestou e cobrou coerência do

liberalismo econômico defendido pelo governo na prática, e não apenas no discurso, uma vez que a ação do presidente da República representou uma interferência direta em uma decisão estratégica. A medida, no entanto, atenuou o clima de revolta entre caminhoneiros, que discutem uma nova paralisação.

A controversa decisão de Bolsonaro não coloca o governo diretamente em uma crise, avaliam interlocutores do presidente. De qualquer forma, percebendo as insatisfações generalizadas, convocou ainda ontem uma reunião interministerial para fazer o diagnóstico da situação e analisar a melhor maneira de evitar que o desconforto se alastre e, aí sim, insira o governo em um cenário de instabilidade político-econômica.

Foram convocadas duas reuniões. Na primeira, reuniu-se com os ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, da Defesa, Fernando Azevedo, de **Minas e Energia**, **Bento Albuquerque**, de Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, da Secretaria-Geral, Floriano Peixoto, e da Secretaria de Governo, Santos Cruz. Na segunda, conversou a sós com Azevedo e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, chefe da pasta que tem por função prevenir a ocorrência de crises e articular o gerenciamento delas.

As reuniões definiram um novo encontro para terça-feira, a fim de continuar debatendo as ações decisórias sobre o processo. Participarão ministros da área técnica, como Albuquerque, e o da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, bem como técnicos da Petrobras. O governo, no entanto, descarta que os encontros sejam uma forma de intervenção. “O senhor presidente entende que a Petrobras, uma empresa de capital aberto, sujeita às regras de mercado, não deve sofrer interferência política em sua gestão”, sustentou o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros.

O porta-voz reconhece que nunca se discutiu política de preços e que, justamente por isso, o governo se propõe a não impor intervenção, apenas buscar diálogo e identificar aspectos técnicos para a tomada da decisão sobre a política de reajustes feita pela Petrobras aos combustíveis. O governo tem pressa, porque a pressão política já está em ebulição.

Intervenção

O presidente nacional do MDB, Romero Jucá, advertiu que a intervenção na política de preços da estatal não é uma ação que fortaleça a empresa. “Já vimos isso no passado e o resultado todos nós sabemos. Essa não é uma ação liberal, consentânea com o discurso eleitoral do governo. É preciso pensar”, declarou, no Twitter. O deputado Vinicius Poit (Novo-SP) entende que a alta de preços nos combustíveis é realmente algo que pega no bolso de todos, mas avalia que não é o populismo econômico e o intervencionismo que devem entrar em cena.

“Aqui, a solução caminha por mais concorrência e privatização da Petrobras do que canetada segurando preços”, ponderou.

A intervenção feita por Bolsonaro — que teria sido sugerida por Lorenzoni — lembra o congelamento de preços no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, que represou o reajuste da gasolina quando o preço do barril de petróleo subia no mercado internacional. O presidente da República se defendeu. Admitiu ter ligado para Castello Branco e disse que não vai ser intervencionista e fazer práticas que “fizeram no passado”. “Mas quero os números da Petrobras para me esclarecer por que 5,7% de reajuste, quando a inflação deste ano está projetada para menos de 5%. Se me convencerem, tudo bem. Se não me convencerem, tudo bem”, disse ontem, quando alfinetou Dilma e, mais uma vez, usou o argumento de praxe de que não é economista. “Quem entendia de economia afundou o Brasil, está certo? Os entendidos afundaram o Brasil”, enfatizou.

O presidente admite ter tomado a medida como uma forma de prevenir uma nova paralisação de caminhoneiros. Ivar Luiz Schmidt, líder do Comando Nacional do Transporte, reconhece que a decisão possa ter evitado um novo movimento, mas avalia que o governo ainda não sabe a melhor maneira de agir em relação à categoria. “Como brasileiro, acho que foi uma decisão equivocada. Esse aumento evitado na quinta pode ser maior depois por conta disso. Há outras políticas que podem ser adotadas para melhorar nossa situação”, argumentou. O caminhoneiro Wallace Landim, conhecido como “Chorão”, outro líder da categoria, limitou-se a agradecer. “Isso prova que, mais uma vez, o presidente está do nosso lado”, ponderou. (Colaborou Rosana Hessel).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/04/2019

Seção: Simone Kafruni/Rosana | Hosana Hessel/Bruno Santa Rita

Autor:

Título: Perda de R\$ 32,4 bilhões

Ao ressuscitar a prática da ex-presidente Dilma Rousseff, de segurar os preços do combustível, a intervenção do presidente Jair Bolsonaro na Petrobras abalou o mercado, a estatal e o setor de combustíveis. Ontem, a petroleira perdeu R\$ 32,4 bilhões em valor com a queda das ações. As ordinárias despencaram 8,54% e as preferenciais caíram 7,75%.

A medida vai contra a agenda liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes — que, de Washington, disse desconhecer o assunto. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reconheceu que os liberais defendem a menor

intervenção possível no controle de preços. Para o economista Alexandre Espírito Santo, da Órama, a intervenção, se não for bem explicada pelo governo, vai na contramão da proposta de liberalismo que elegeu Bolsonaro. “Foi um baita ruído, talvez um dos piores dos 100 dias de governo, potencializado pelo vencimento das opções na segunda-feira”, assinalou.

De acordo com o economista da BlueMetrix Ativos, Renan Silva, o movimento não é nada saudável. “Não é o que o mercado quer ouvir, os investidores estão sensíveis a esse tipo notícia”, destacou. O dólar fechou em R\$ 3,89, com alta de 0,83%, também consequência da decisão de Bolsonaro, segundo o diretor da Mirae Asset, Pablo Spyer. “Aumentou a percepção de risco na visão dos investidores estrangeiros”, avaliou. No entender do economista-chefe da Ativa Investimentos, Carlos Thadeu Filho, o impacto foi grande, mas “menos pior” do que uma eventual paralisação dos caminhoneiros. “Uma greve pode tirar 1% do Produto Interno Bruto (PIB) de um ano já complicado. Ele optou corretamente”, opinou.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, a intervenção piora as condições de competitividade do setor. “No nosso cálculo, a defasagem é de R\$ 0,14. O reajuste da Petrobras, de R\$ 0,12, ainda seria pouco”, disse. Os associados estão com operações paralisadas, porque a estatal pratica preços abaixo da importação. “Dos nove, a metade não importou nem um litro este ano”, lamentou.

A interferência também cria insegurança regulatória e jurídica, segundo o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires. “Está na hora de o governo usar criatividade para reduzir a volatilidade do petróleo, criar um fundo de estabilização, imposto flexível, ou chamar os governadores para mostrar que as alíquotas de ICMS são absurdas”, sugeriu. Com a suspensão do reajuste, Pires calcula que a Petrobras perderá R\$ 400 milhões por mês. Paulo Tavares, presidente do Sindicombustíveis-DF, defendeu a revisão do modelo de reajustes. “A Petrobras tem 75% dos custos em reais e pratica 100% atrelado ao dólar”, afirmou. Presente em um encontro nacional setorial, Tavares comentou que todos os dirigentes ficaram surpresos com a intervenção.

Procurada, a Petrobras enviou uma declaração do presidente da companhia, Roberto Castello Branco: “Recebi ontem, no fim do dia, uma ligação telefônica do presidente Bolsonaro me alertando sobre os riscos do aumento do preço do diesel. Considerei legítima a preocupação do presidente. A Petrobras decidiu, então, suspender, por alguns poucos dias, o reajuste. Reitero que a empresa é completamente autônoma para a tomada de decisões”.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 13/04/2019**Seção:** Política**Autor:** Rodolfo Costa**Título:** Agenda positiva em Macapá

Polêmicas à parte na ingerência na Petrobras, o presidente Jair Bolsonaro ainda tenta acertar a articulação política feita pelo governo. Ontem, deu início à agenda positiva que pretende adotar ao longo dos próximos 100 dias de governo, a fim de se aproximar da população e dos parlamentares, em lançamentos de obras e programas governamentais. Em Macapá, ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), do governador do estado, Waldez Góes (PDT), e do prefeito da capital, Clécio Luis (Rede), inaugurou o novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Alberto Alcolumbre — tio do senador.

O gesto é essencialmente político. Conta pontos para Bolsonaro com a população da capital do Amapá e de outros estados da região. A obra inaugurada recebeu investimentos de R\$ 166,4 milhões e se tornou um dos principais empreendimentos do governo na região Norte, que tende a propiciar a melhora do bem-estar social, do comércio e da geração de empregos. O aeroporto passará a receber 5 milhões de passageiros por ano, acima dos 800 mil atuais. Por consequência, são fatores que, politicamente, se tornam importantes para os parlamentares e gera, por fim, bônus ao governo. Todos saem ganhando: no Palácio do Planalto e no Parlamento.

Foi a primeira visita de Bolsonaro ao Amapá, único estado que não havia visitado na campanha eleitoral. No evento de inauguração, foi enaltecido e chamado aos gritos de “Mito”. É o que cobram deputados e senadores, sobretudo tendo em vista as discussões da reforma da Previdência. As bancadas partidárias exigem que ele seja o “garoto-propaganda” das modificações nas regras de aposentadorias. A lógica é simples. Um presidente fortalecido e querido pelo povo tem mais chances de convencer a população da necessidade de uma matéria impopular encaminhada pelo próprio governo do que os parlamentares com suas bases. Além do desgaste ser menor, os congressistas dispostos a votar favoravelmente podem se sentir mais confortáveis com a decisão tendo o presidente da República como fiador.

A participação na cerimônia de entrega do terminal do líder da minoria no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), é a prova de que o gesto de Bolsonaro é positivo. Além dele, participaram o senador Lucas Barreto (PSD-AP) e outros oito deputados federais do estado. Na chegada ao aeroporto, o presidente se

reuniu com todos, além de Alcolumbre, Góes e Clécio. O chefe do Planalto sinalizou que a inauguração do terminal não é a única medida que pretende adotar.

Exploração

O presidente da República defendeu a exploração da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca). A unidade territorial chegou a ser extinta no governo do ex-presidente Michel Temer, que recuou depois de diversas críticas de entidades ambientalistas. A área fica na divisa entre Pará e Amapá e é rica em ouro, ferro e cobre. Ambientalistas, no entanto, a qualificam como uma espécie de barreira para a preservação do meio ambiente local. “Sempre me refiro, no tocante a riquezas, ao pequeno estado de Roraima. Mas este grande estado, médio estado do Amapá, também é rico. Conversando com alguns parlamentares, vamos conversar sobre a Renca? A Renca é nossa. Vamos usar as riquezas que Deus nos deu para o bem-estar da nossa população”, destacou.

A exploração “responsável” da Amazônia também não está descartada por Bolsonaro. “Com essa indústria de demarcação de terras indígenas, que nasceu lá atrás, depois que o (João) Figueiredo (o último ex-presidente do regime militar) deixou a presidência, pode, mais cedo ou mais tarde, nós perdermos a Amazônia, porque novos países poderão passar a existir aqui dentro do Brasil”, ponderou. A visita a Manaus também está no radar do governo. A expectativa é de que ele visite a Zona Franca de Manaus, polo industrial da capital amazonense. A visita do presidente também está prevista em Campina Grande (PB), onde ele inaugurará casas do programa Minha Casa Minha Vida.

MME / ASCOM .